



RELATÓRIO E CONTAS 2022



SANTA CATARINA – INDÚSTRIA CONSERVEIRA, SA



CONTEÚDO

INTRODUÇÃO.....	2
A EMPRESA	3
INFORMAÇÕES GERAIS.....	3
ORGANOGRAMA	5
ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL	10
ATIVIDADE DA EMPRESA.....	10
EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE CONSERVAS – ytd julho 2022	13
INVESTIMENTOS	20
RECURSOS HUMANOS	20
MARKETING E COMUNICAÇÃO.....	21
QUALIDADE ALIMENTAR E AMBIENTAL.....	21
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE.....	22
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	25
ANÁLISE DO BALANÇO	25
ATIVO	25
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO.....	26
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	27
GASTOS E PERDAS	28
RENDIMENTOS E GANHOS	30
RESULTADOS	32
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	32
AGRADECIMENTOS	33
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	34
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	39
ORGÃOS SOCIAIS	72
REMUNERAÇÕES	74
CURRICULUM VITAE	75
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	79
CERTIFICAÇÃO LEGAL.....	81



INTRODUÇÃO

Ex.mos representantes da acionista,

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º e nos termos do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, dos Estatutos e demais legislação comercial, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação Anual de Contas de Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A., referentes ao exercício de 2022.

Calheta, 20 de março de 2023.

O Conselho de Administração,

(Catarina de Lacerda Martins)

(Simão Pedro Ferreira Cabral Neves)

(Vassili Plesov)



A EMPRESA

INFORMAÇÕES GERAIS

Santa Catarina - Indústria Conserveira S.A., com sede na Rua do Roque, n.º 9, 9850-079 Calheta São Jorge, Açores, com número de contribuinte 512044899 e com um capital social de 5 000 000,00€ (cinco milhões euros), tem como acionista único a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que detém 100% do capital social.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2021/2023, que iniciou funções a partir do dia 1 de setembro de 2021, é composto pelos seguintes elementos:

- **Catarina de Lacerda Martins** - Administradora Executiva, Presidente do Conselho de Administração;
- **Simão Pedro Ferreira Cabral Neves** - Administrador Executivo, Vogal do Conselho de Administração;
- **Vassili Plesov** - Administrador Não Executivo, Vogal do Conselho de Administração.

O anterior Conselho de Administração esteve em gestão corrente até ao início do mandato dos atuais Administradores.

A sociedade tem por objeto social principal a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciando ou não matéria-prima para a sua atividade.

A empresa tem como missão: produzir conservas de atum com um firme compromisso com a qualidade, com a certeza de estar a trabalhar em prol da sustentabilidade e da valorização dos recursos locais, de forma socialmente responsável.

Toda a sua atividade baseia-se nos valores da *Qualidade, Sustentabilidade e Responsabilidade Social*.

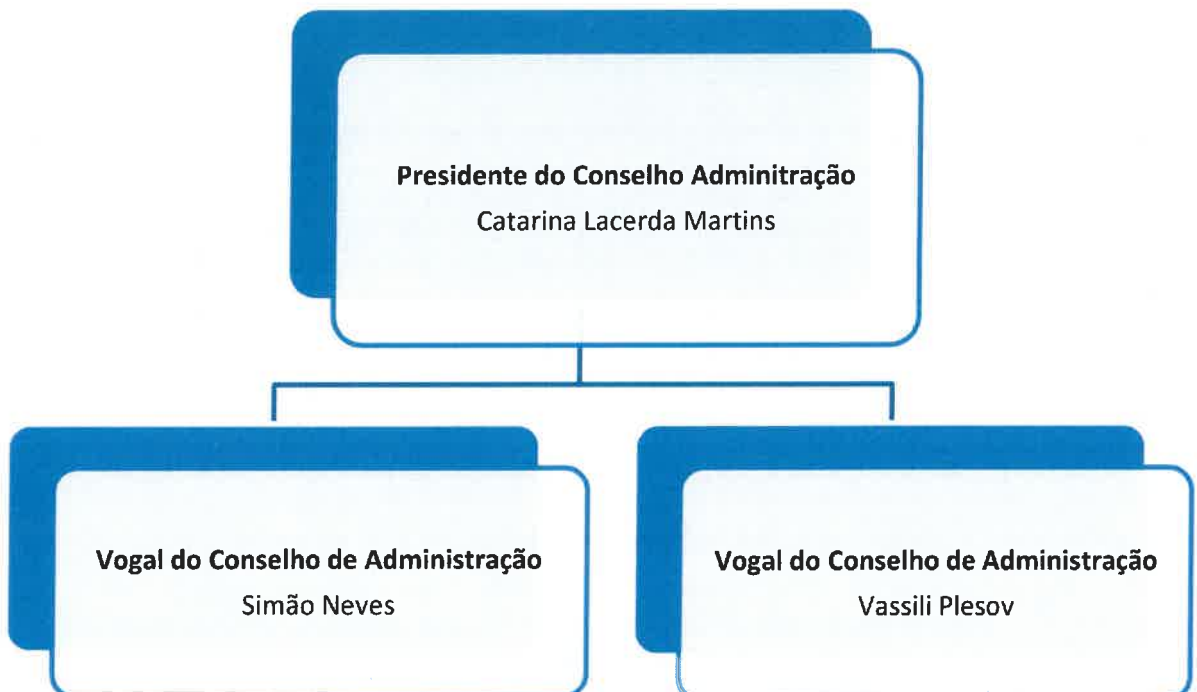


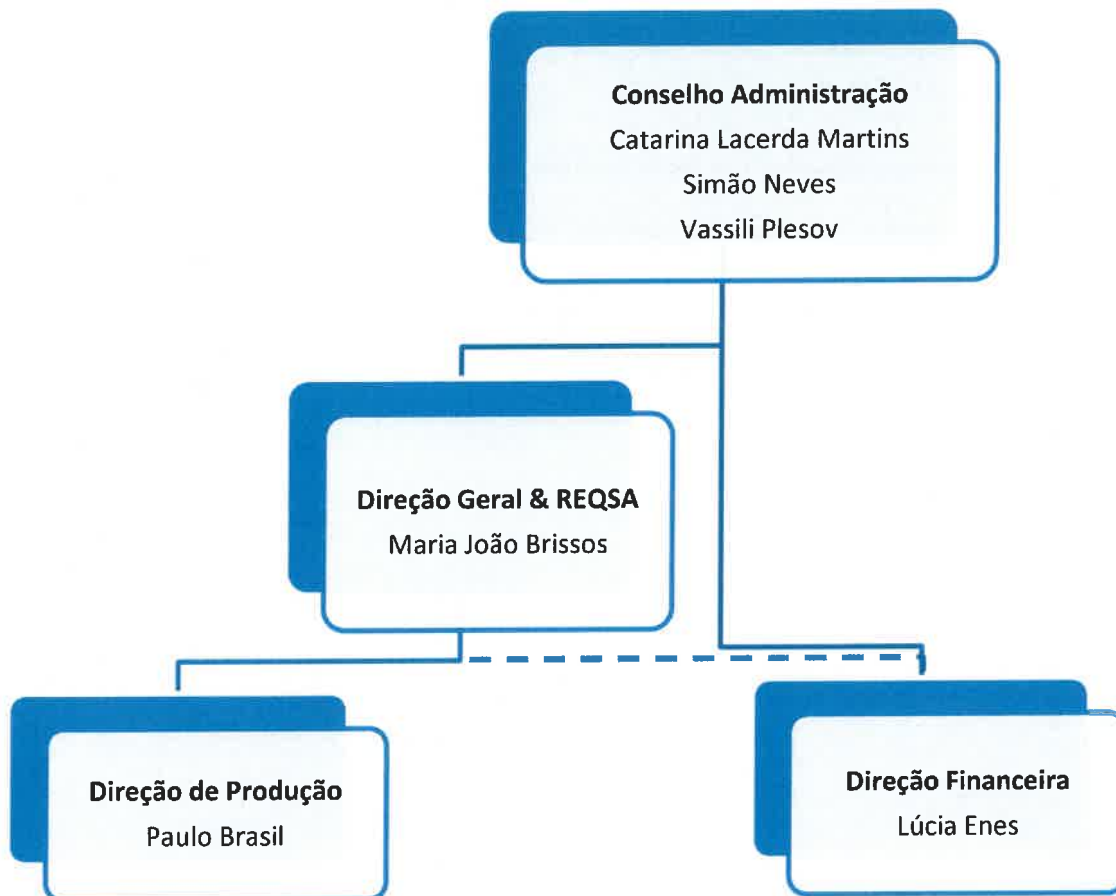
Designação	Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.
Objeto Social	Conservação segundo os padrões legalmente estabelecidos de produtos diversos, desde pescado a produtos agrícolas e frutícolas próprios da ilha e da região; aquisição, importação e exportação dos produtos frescos ou congelados consubstanciando na matéria-prima da atividade industrial ou orientado a fim diverso, comissões e consignações, a comparticipação, aquisição ou afretamento das embarcações de qualquer espécie, bem como sua exploração lucrativa, a embalagem e comercialização de produtos próprios ou de terceiros, a criação de novos mercados e áreas de comercialização, podendo nelas estabelecer agências de representação ou armazenamento, a armazenagem à consignação de produtos agrícolas e industriais para posterior comercialização rentabilizada, o transporte e depósito como intermediário de mercadorias consignadas a outrem por conta de terceiros, o exercício de atividades comerciais ou de fim não lucrativo que diretamente se correlacionem com o objeto social, que dignifiquem a imagem da firma servindo de veículo publicitário da atividade exercida e da ilha ou região onde se encontra implantada.
Capital Social	5 000 000,00€
NIF	512044899
C.A.E.	10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
Estrutura Acionista	100% Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA
Sede	Rua do Roque, 9 9850-079 Calheta, Ilha de S. Jorge (Açores)
Contatos	Tel.: 295 416 220 Fax: 295 416 814 E-mail: geral@atumsantacatarina.com Site: www.atumsantacatarina.com Facebook: http://facebook.com/ConservasSantaCatarina

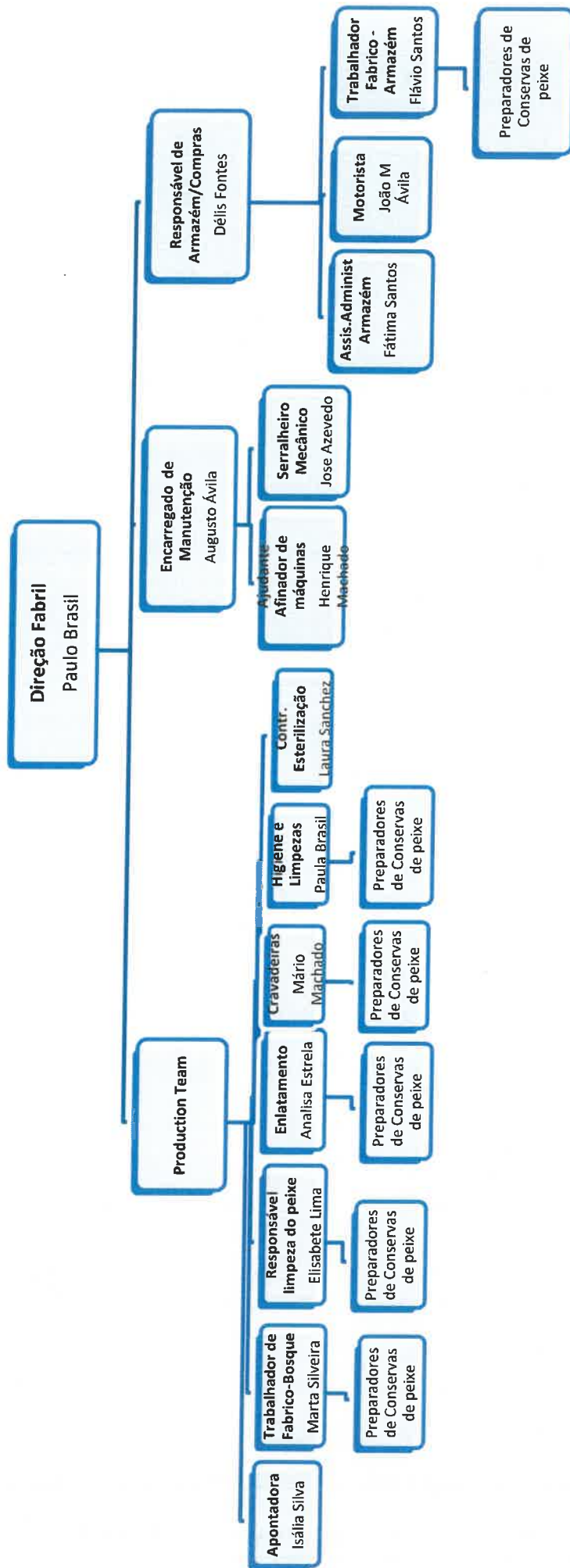


ORGANOGRAMA

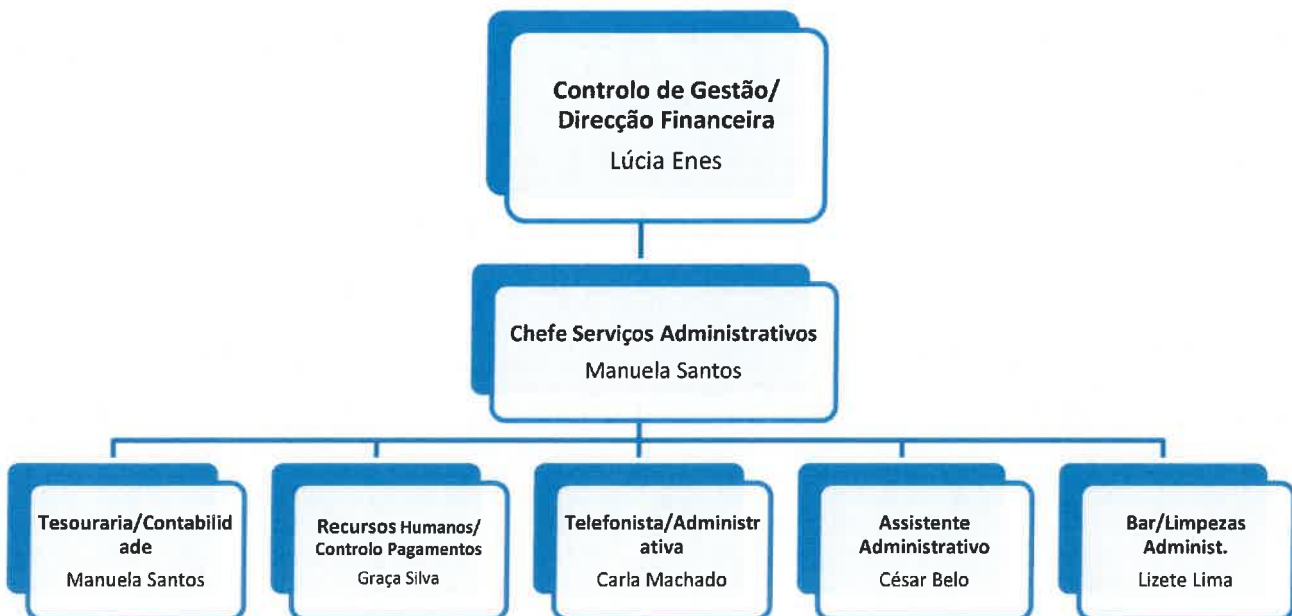
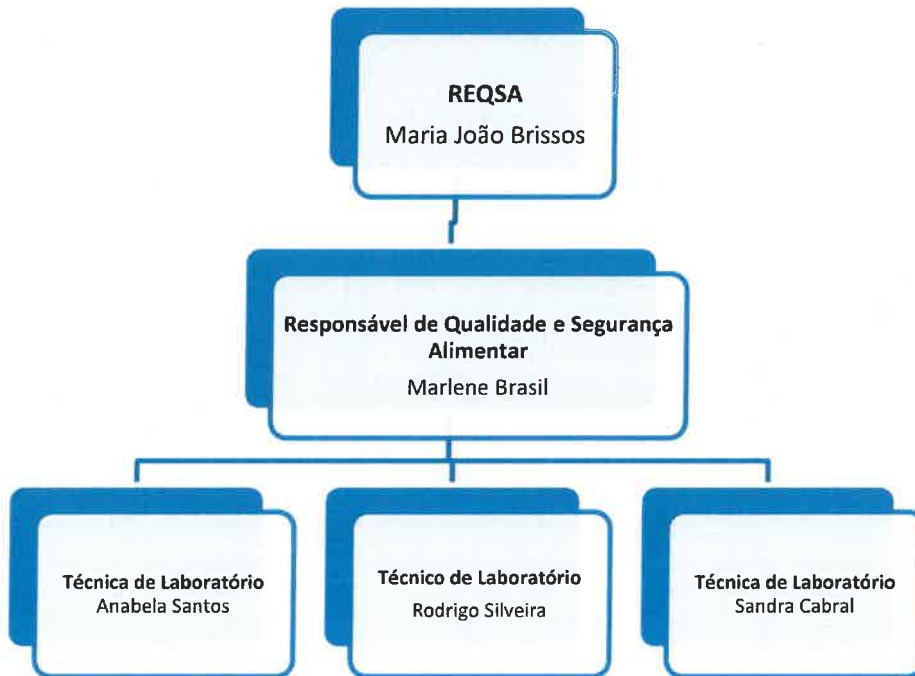
Abaixo o organigrama da empresa até 01 de agosto de 2022 aquando da transferência dos funcionários para a SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda, empresa que ganhou o concurso de cessão de exploração da unidade fabril SANTA CATARINA.

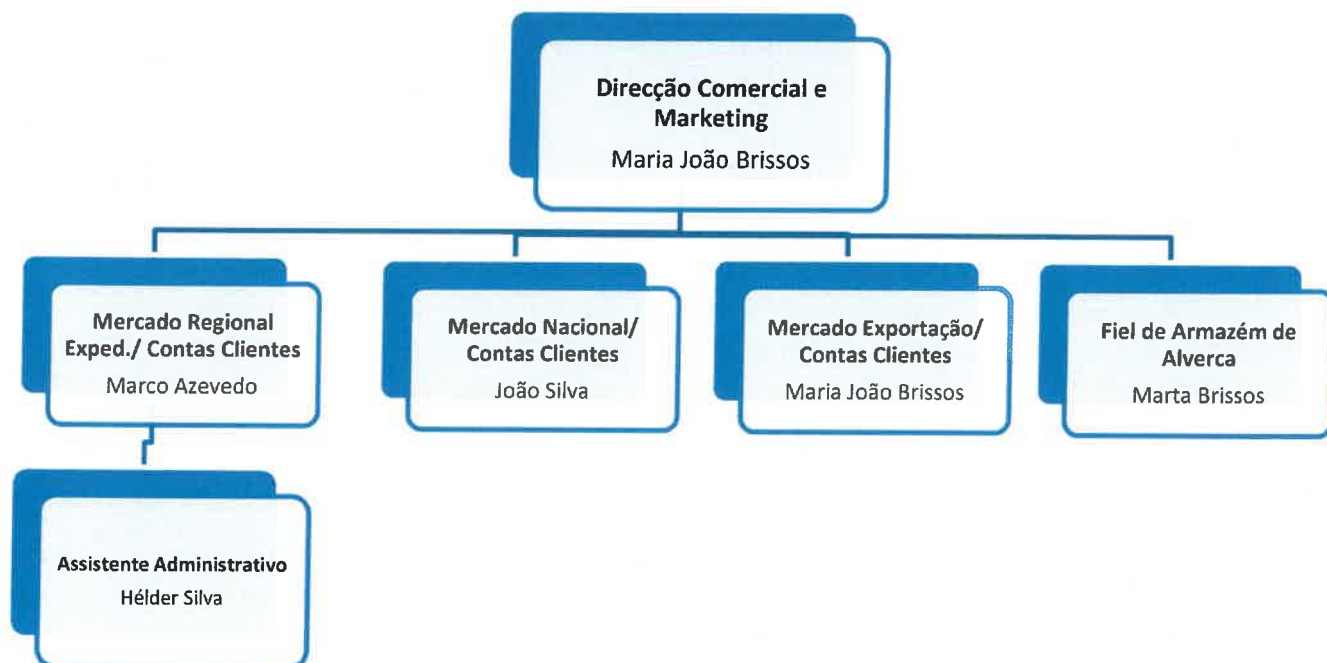






Handwritten signature and initials in blue ink.







ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

O ano de 2022 continuou marcado pela crise pandémica que condicionou e alterou, de forma abrupta, as nossas vidas. O quotidiano da indústria conserveira também foi sujeito aos acontecimentos resultantes da crise de saúde, social e económica que todos vivemos. Contudo, no que a esta indústria diz respeito, a procura por um bem alimentar, com as características da conserva, foi positiva.

Foi um ano marcado por uma boa safra de atum. Esta situação colocou novos desafios à indústria açoriana que, ao longo dos últimos anos, tem competido por forma a garantir uma quota de pescado de salto e vara para poder responder aos contratos que possui de abastecimento de conservas fabricadas com matéria-prima de origem local.

No fim do ano de 2021, foi lançado o concurso público internacional visando a contratação de uma entidade que assuma a exploração da unidade fabril da SANTA CATARINA por um prazo mínimo de 10 anos, com a possibilidade de exercício da opção de compra da totalidade do capital social no final do referido prazo.

O 1º trimestre de 2022, foi extraordinariamente atípico devido a causas exógenas à Empresa e incontroláveis internamente; a 24 Fevereiro 2022 dá-se o início da crise ucraniana e a 19 Março 2022 inicia-se a crise sismo-vulcânica na Ilha de São Jorge em que num par de dias o nível de alerta vulcânico passa para V4, sendo que o sismo de maior magnitude (3,8 na escala de Richter) ocorreu no dia 29 de Março, às 21:56, o que provocou o pânico e o êxodo da população Jorgense (estima-se que 1/3 dos habitantes saíram da Ilha).

A 1 de agosto de 2022 deu-se a efetiva cessão de exploração da unidade fabril Santa Catarina para a SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda, tendo decorrido um período de transição até 31 de dezembro de 2022.

ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano de 2022 iniciou-se no contexto de um brutal aumento de preço de materiais e transportes como consequência da Pandemia que avassalou o mundo e neste caso específico a China, que teve como resultado imediato a manifesta escassez do aço (a China é o maior produtor de aço no Mundo) e a indisponibilidade de contentores de transporte marítimo a nível mundial (os preços de transporte de mercadorias nos fretes de contentores à importação na rota Ásia/Ocidente dispararam na ordem dos 1000% (fonte APLOG)), o que implicou na nossa Indústria aumentos de preço de 55% nas latas em folha de Flandres (FF) e 27% de aumento de preço nas latas de alumínio (ALU). Foram aprovoados atempadamente stocks em Santa Catarina muito significativos de latas, tanto de FF como de ALU no final do ano de 2021 na tentativa de diminuir o impacto do aumento de preço e da eventual escassez destes materiais no mercado. No entanto, nada fazia prever a escassez do óleo de girassol (a Ucrânia era o maior produtor de semente de girassol no Ocidente) com o consequente aumento brutal do preço



do óleo de soja (e também alguma escassez), que passou a ser visto pela indústria como substituto, autorizado de acordo com o Despacho Governamental 29/G/2022 da DGAV, legalmente poderíamos utilizar óleo de soja em embalagens declaradas com óleo de girassol.

Durante os meses de março e abril de 2022, após a invasão da Ucrânia e na incerteza do futuro face a uma guerra iminente na Europa, houve uma corrida dos consumidores aos supermercados e Grandes Superfícies na procura desenfreada de bens de consumo, mais especificamente bens não perecíveis e de prazos de validade alargados, que é o caso das Conservas, e assim sendo no mês de março, Santa Catarina ultrapassou 1 milhão de euros de faturação.

Descrição	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	Acumulado 1º Sem/22
Variações nos Inventários da Produção	48 713,16 €	-99 618,43 €	-484 011,23 €	-140 066,12 €	-50 583,67 €	-32 949,97 €	-758 516,26 €
Vendas - Prod. Acabados	698 055,43 €	793 120,17 €	1 010 025,54 €	882 072,70 €	716 263,66 €	671 198,09 €	4 770 735,59 €

Durante o mês de abril 2022, deveríamos de ter conseguido repor os stocks que foram vendidos acima do plano/histórico no mês anterior, mas a 19 de março dá-se a crise sísmo-vulcânica em São Jorge em que no início de abril estima-se que mais de 1/3 da população Jorgense tenha saído da Ilha.

Os trabalhadores de Santa Catarina que ficaram na Ilha, além de muitos deles terem feito a deslocação entre Concelhos e dentro do Concelho, deslocação entre Freguesias, tiveram o desafio de quem tinha filhos em idade pré-escolar, pelo facto de estas infraestruturas escolares terem encerrado, não havendo reais alternativas ao absentismo.

2022	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22
Funcionários	139	138	138	138	138	138
Horas previstas mensais	21.041,5	20.202,0	22.209,0	18.762,5	22.637,0	18.534,5
Horas reais mensais	16.230,4	15.130,1	16.895,2	13.697,9	16.885,8	13.034,2
Absentismo (%)	22,9%	25,1%	23,9%	27,0%	25,4%	29,7%

Abril 2022	Absentismo (%) / zona de fabrico
Limpeza e Escolha	38%
Enlatamento Manual	30%
Cravação & Enlatamento Automático	52%

Assim, a tempestade perfeita instalou-se em termos de gestão de vendas *versus* gestão de produção e stocks, pois apesar de dispormos de meios físicos para assegurar a produção: peixe, latas, molhos, instalações e infraestrutura, a Fábrica incorreu em custos adicionais com a implementação de planos de



prevenção – por exemplo, foi alugado um gerador para antecipar eventuais falhas graves de energia elétrica na Ilha, que entre alugueres mensais e transportes, de e para a ilha de São Jorge, teve um custo total de 15.985,00 €, para além de não dispormos na altura de mão de obra para as necessidades de produção para reposição de stocks.

Nos meses de março, abril e maio basicamente vendemos stocks acumulados e transitados do ano anterior, pois a produção pelas razões apontadas anteriormente não conseguiu acompanhar as necessidades de reposição de stocks.

Por fim em junho, durante a semana 23 - semana de 6 a 10 junho - devido à 2ª feira de Espírito Santo, Bodo de Leite de Santo Antão na 3ª feira e feriado nacional a 10, sexta-feira, foi decidido parar a Fábrica pois era expectável e quase certo um aumento de absentismo nessa semana, havendo apenas 2 dias úteis de trabalho intercalados, o que provocaria dificuldades acrescidas na gestão da produção e das diversas operações unitárias da Fábrica.

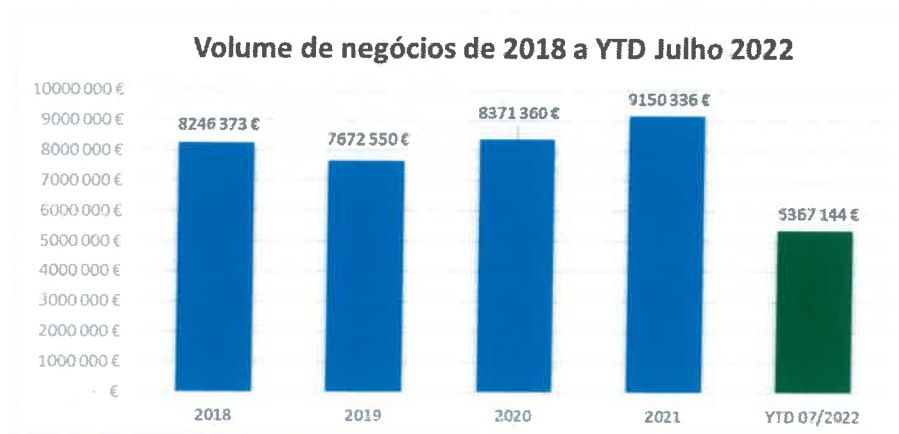
Conclusão:

Esta variação negativa de inventario é alicerçada em 2 vetores de sentido e direções opostas que ocorreram em simultâneo na Fábrica e no Mercado, que foi um desequilíbrio entre a Oferta e a Procura:

- **Aumento da Procura:** enquanto no mercado a procura aumentou devido a fatores de risco iminente apercebidos pela população em consequência de uma guerra que levou a um “açambarcamento” de bens não perecíveis, que é o caso das Conservas;
- **Diminuição da Oferta:** a oferta (produção na Fábrica) diminuiu devido a um fator externo e não controlável que foi um aumento anómalo de absentismo e diminuição assinalável da produtividade e rendimento de produção, pois os poucos funcionários presentes, apresentavam um comportamento emocional alterado provocado pela crise sismo-vulcânica (falta de descanso noturno, deslocação de residência habitual, etc.).

No entanto, a aplicação da política desenvolvida de prémios de produtividade na limpeza do pescado e as adaptações dos horários de trabalho (criação de um turno noturno desfasado do horário normal de laboração, sendo esse turno de *Higiene e Limpeza* da Fábrica) permitiram conter a diminuição temporária de produtividade.

Além disso, os pequenos investimentos que foram realizados, como a mudança para latas de 120 g troncocónicas, entrada em funcionamento em pleno da máquina de rotular frascos, pequenas melhorias na eficiência do armazém e aumento da produção do número de latas, foram algumas das medidas que tiveram significado na melhoria da eficiência da produção. Esta evolução da produção foi também motivada por uma procura e crescimento de mercado.



EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE CONSERVAS – YTD JULHO 2022

O volume de vendas da empresa atingiu os 5 367 144€ acumulado ao YTD julho 2022, perfeitamente em linha com o volume de vendas do ano anterior, uma vez que representa basicamente o mesmo valor dos 7/12 relativos ao ano 2021.

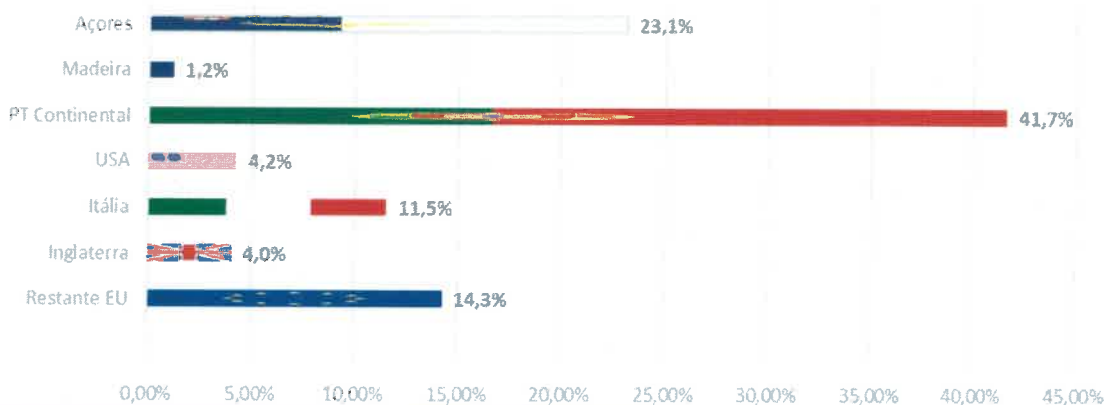
O desafio de crescer em número de países (Santa Catarina está presente em 28 Países diferentes) as marcas, clientes e produtos, obriga a um esforço logístico e de gestão de stocks muito elevado. Hoje, os armazéns da empresa respondem, em simultâneo, a encomendas chegadas de diferentes países, com rotulagens dispares e com exigências logísticas que obrigam os colaboradores a um esforço enorme face ao que habitualmente acontecia na empresa.

Apesar da situação referenciada no ponto inicial com o “boost” de vendas associado à invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022 e da crise sísmo-vulcânica em São Jorge em março 2022, conseguimos de modo satisfatório corresponder às solicitações exigidas.



VENDAS DE CONSERVA POR MERCADOS

Venda de Conservas por Mercados - YTD Julho 2022



2022 - YTD JULHO



As exportações representaram cerca de 34% do total, em linha com a média do setor Conserveiro em Portugal. Em 2022, as vendas para o mercado nacional/continental continuam a manter a maior percentagem, com cerca de 41,7% das vendas totais de conservas.

As vendas para Inglaterra caíram no ano anterior para metade devido ao Brexit, no entanto, recuperaram no último trimestre do ano 2021 e mantiveram este ritmo saudável durante os primeiros 7 meses do ano de 2022. Continuamos a ter presença em diferentes países, um pouco por toda a Europa e até por outras partes do globo. Em alguns países as parcerias que estamos a construir trarão em breve novas oportunidades de negócio, contudo, a internacionalização não se faz no curto prazo e as relações



de confiança duradouras são de construção lenta e bem alicersada em trabalho diário e confiança mútua.

Quanto ao mercado dos Açores continua a crescer de modo sólido e consistente onde somos líderes de mercado em todas as 9 Ilhas.

VENDAS DE CONSERVAS POR MARCAS

Em 2022 YTD julho as marcas registadas e propriedade da Santa Catarina representaram 52,2% das vendas totais em linha com o ano anterior, divididas por: Santa Catarina; Bonito dos Açores; Mestre Saul, Petiscada e Bela Aurora.

A sustentabilidade do negócio mede-se também pela opinião e confiança que os consumidores depositam nas nossas marcas. À medida que os produtos se tornam cada vez mais indiferenciados, fatores como a reputação e a imagem apresentam-se como eixos competitivos e diferenciadores.

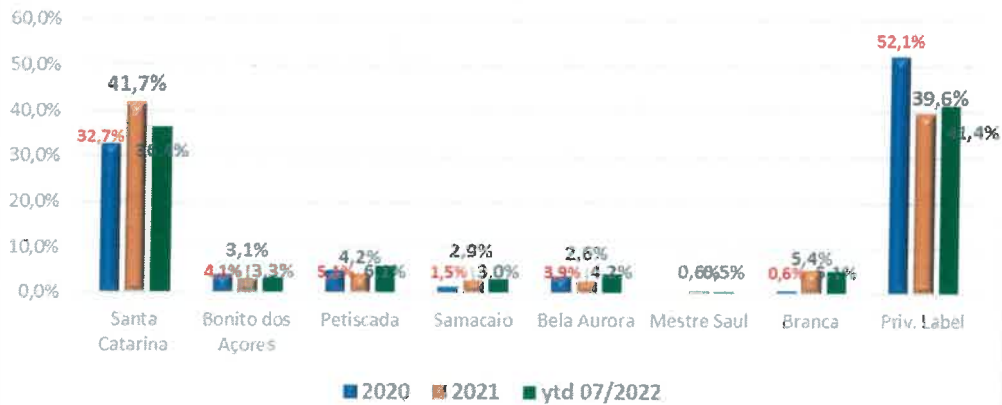
A maior quebra de vendas em marcas em Portugal Continental, registou-se na marca Bela Aurora devido a alterações no “cardex” das lojas de um grande cliente, e porque, de forma gradual e estratégica, pretende-se reduzir a dependência de clientes que compram muito, mas a baixo preço, por clientes que, embora comprando menos, permitem-nos obter uma maior rentabilidade. No entanto, nos primeiros meses de 2022, esta marca já apresenta ligeira recuperação face ao ano anterior.

Em 2020 foi celebrado um contrato de venda da marca *Samaciao*, onde a Santa Catarina assumiu a alienação com a contrapartida de produção exclusiva desta marca e de outras referencias deste *player*. Em 2021 houve uma recuperação tímida da marca *Samaciao* mas com o alargamento do “cardex” a outros formatos, a marca irá continuar a crescer em 2022 e no futuro.

Em lata branca e com marcas próprias, a empresa vendeu cerca de 46% do volume total; o peso do *private label* terá tendência a diminuir, o que se traduz na afirmação e valorização das marcas da empresa e das marcas de clientes que confiam na Santa Catarina para produzirem as suas conservas. A marca Santa Catarina já é a quinta marca de produtor com maior notoriedade no mercado português, o que vem demonstrar que o trabalho dos últimos anos no mercado continental está a ter resultados muito significativos.

A marca Mestre Saul que foi lançada no final de 2020 situa-se na gama de produtos de valor acrescentado tal como as *especialidades de Santa Catarina*. É um atum maturado em azeite com um tempo de espera no mínimo de 1 ano. É vendido sob o slogan: *As coisas boas fazem-se esperar!*

Vendas de Conserva por Marca - 2020 a 2022 YTD Julho

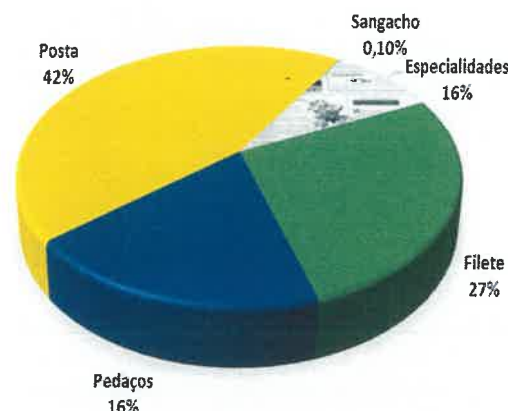


VENDAS DE CONSERVAS POR CORTE – YTD JULHO 2022

Em termos de valor, em 2022 o corte “Posta” representa a maior fatia do volume de vendas (42%). Os filetes viram o seu peso percentual voltar aos níveis de anos anteriores, representando este ano 27% do total do volume de vendas de conservas. As vendas de especialidades mantiveram o seu valor relativamente ao volume do ano anterior, representando agora cerca de 16% das vendas da empresa. O peso relativo das vendas de pedacinhos caiu para 16%, sendo que, é neste corte que reside o maior desafio de vendas, uma vez que este corte é vendido pela competitividade de preço no mercado e não pela qualidade intrínseca do produto.

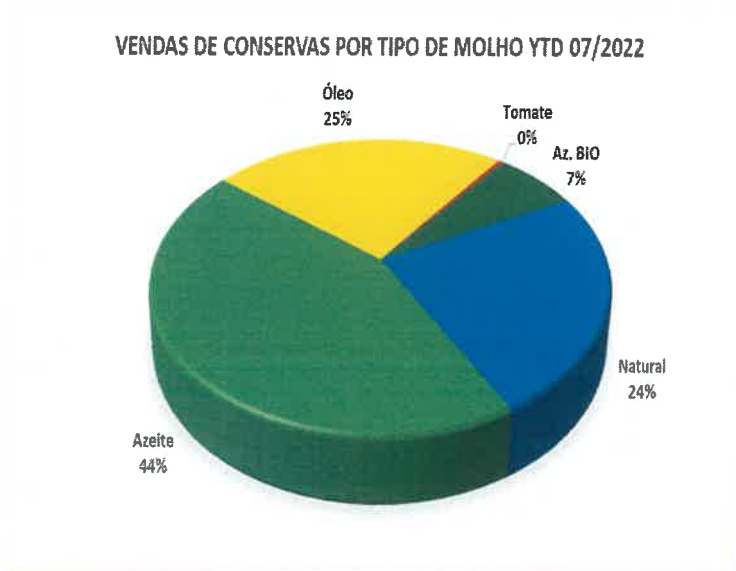
A afirmação da marca Santa Catarina e seu crescimento na venda de postas no mercado nacional está a permitir um maior equilíbrio nas vendas face à produção. As insígnias onde a Santa Catarina está presente, com a marca Santa Catarina e Bonito dos Açores, estão a manter um crescimento sustentado e regular, o que demonstra que a estratégia está correta e deve ser mantida a fim de se continuar a consolidar a posição da empresa no mercado global.

VENDAS DE CONSERVAS POR CORTE YTD 07/2022





VENDAS DE CONSERVAS POR TIPO DE MOLHO – YTD JULHO 2022



A tendência de crescimento do consumo de conservas ao natural é notória, assim como o crescimento similar das conservas em azeite, e o notório desinteresse do consumidor por conservas em óleo.

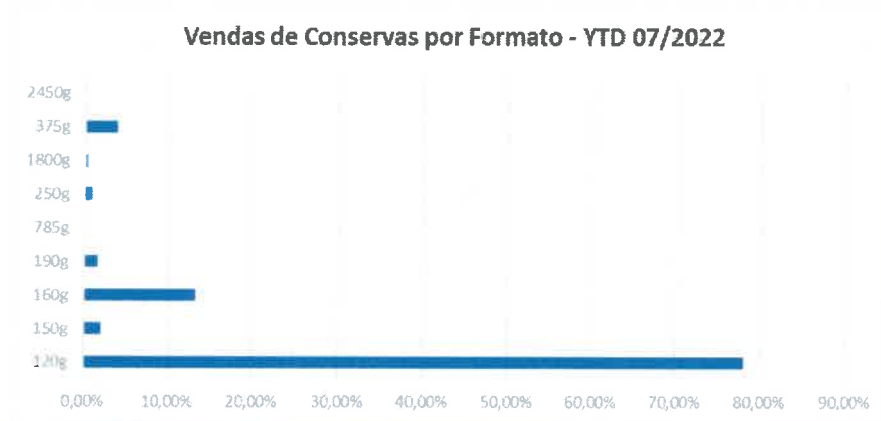
As conservas em óleo atualmente são consumidas não pelo seu valor intrínseco ou nutricional, mas por uma escolha de preço.

Existe atualmente uma reviravolta na antiga ordem da trilogia óleo/azeite/natural com a entrada de azeites e óleo de origem biológica certificada devido aos novos e mais saudáveis hábitos de consumo da população em geral. Hoje, a ordem da trilogia é a que o anterior gráfico reproduz: azeite/natural/óleo, com a entrada de um novo elemento, o Azeite de origem biológica e certificada, que já representa 7% nas vendas, sendo que devido ao aumento brutal dos azeites de origem biológica (e não só) haja uma queda de 3% p.p face ao anterior.

O consumo de conservas em azeite aumenta na proporção da queda das conservas em óleo, que ao longo dos anos têm vindo sempre a diminuir. As conservas em óleo são o produto de primeiro preço e a estratégia da Santa Catarina visa investir no crescimento do natural e do azeite, onde a margem comercial da empresa é superior.



VENDAS DE CONSERVAS POR FORMATO – YTD JULHO 2022



O formato mais vendido acumulado a YTD julho 2022 foi o ¼ Club (120 g), com praticamente 78% do volume de vendas em valor, em linha com o ano anterior. Este formato é o formato líder em Portugal; contudo por um lado é o formato onde há mais pressão nos preços, por outro, é o formato em que são vendidos os produtos de valor acrescentado, caso do filete e das Especialidades Santa Catarina.

As embalagens de vidro representam um total de 4.5% do nosso volume de vendas; estes formatos em vidro têm uma tendência de crescimento consistente sobretudo no mercado de exportação na Europa.

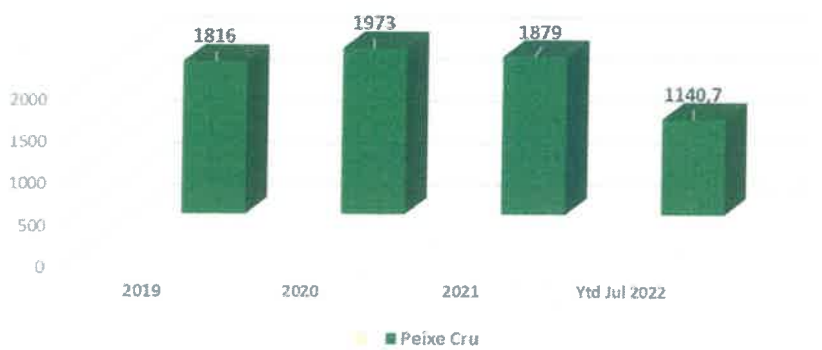
Os chamados “formatos grandes”, com latas de 1 kg, 2 kg e 3 kg, estão claramente em declínio. A venda de formatos grandes “pandeiretas”, para o mercado italiano, tem uma tendência decrescente pois o mercado tradicional com venda à peça está em clara rota de colisão com o mercado de conveniência das grandes superfícies, onde a lata rainha é a de formato ¼ club, ou seja, a unidose.

O formato redondo de 160 g teve um crescimento muito significativo, sobretudo para o centro da Europa e é uma aposta a manter, pois o poder de compra destes mercados é superior e é um formato em que a margem é claramente superior.



CONSUMOS

Consumo de Peixe Cru (ton) 2019-2022 (Ytd Jul)



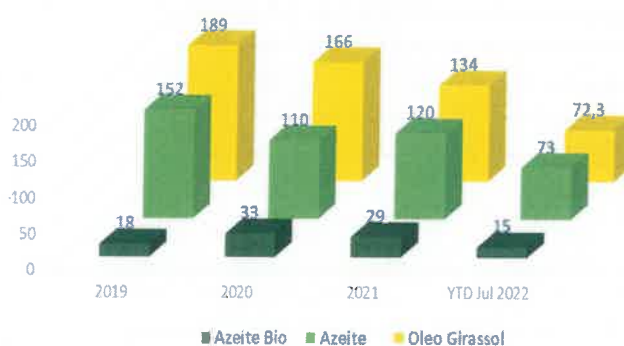
Até ao final de julho de 2022 foram processadas 1.140 toneladas de peixe inteiro, sendo que, 73% foi peixe regional: 67% Bonito e 6% Patudo.

YTD 31 Jul 2022	ton
Bonito Regional	764,1
Patudo Regional	63,1
Bonito Cong < 1,8	268,0
Bonito Cong 1,8-2,5	45,5

O rendimento médio da limpeza manteve-se nos 36,2%. Este valor poderia ser maior se o pescado laborado fosse de maior dimensão; a safra de peixe fresco nos Açores que apesar de farta em 2021 e 2022 caracterizou-se por peixe de pequenas dimensões o que implicou menores rendimentos.

Em relação aos molhos, comparando consumos a YTD julho 2022 com período homólogo do ano anterior, o consumo de azeite aumenta, mas as tendências de consumo assim o determinam; o azeite biológico tem uma queda relativa e condicionada a uma ligeira quebra de vendas sobretudo para o Reino Unido.

Consumo de Molhos (ton) 2019 - YTD Jul 2022





INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2022, a empresa manteve os investimentos na manutenção e certificação da sua unidade industrial no referencial de qualidade, revalidou a IFS, a certificação *Natureland* e ainda foi novamente revalidada a certificação *ECOCERT* (produção em modo biológico). Estas certificações implicam o permanente investimento na fábrica em manutenção de edifícios e equipamento, em formação de toda a população fabril e ainda a melhoria das condições de trabalho.

Uma fábrica que não investe na melhoria/atualização da sua maquinaria e na eficiência do seu processo produtivo, tende rapidamente a desatualizar-se e a ficar fora de mercado, em termos de competitividade.

Presentemente a fábrica precisa de investimentos mais elevados na melhoria da sua produtividade, das condições de laboração e do fluxo de produção. O sistema de frio está em fim de vida útil. O tanque de congelação, bem como parte dos compressores evaporadores, e outros equipamentos da rede de frio precisam de ser substituídos. E é obrigatória a construção de uma nova ETAR. Também estão previstos investimentos na área da eficiência e independência energética ao abrigo do PRR e ainda de uma caldeira a “*pellets*”.

De acordo com o contrato de cessão de exploração outorgado a SCA é responsável pela renovação e obtenção das licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício da atividade. Também a nível de investimentos tem de concluir no prazo de 5 anos os investimentos identificados no Anexo IX ao contrato de cessão da exploração da unidade fabril, assinado a 31 de maio de 2022.

RECURSOS HUMANOS

No final de dezembro de 2022 a empresa não tinha funcionários pois foram transferidos para a SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda a 1 de agosto de 2022, data efetiva do início do contrato de cessão da exploração da unidade fabril, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do capital social da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A.

Nos termos das condições previstas na cessão de exploração da unidade fabril pelo prazo de dez anos, e que poderá ser prorrogado por um período adicional de cinco anos, foi efetuada nas exatas condições em que esta se encontra em termos operacionais e contratuais, compreendendo, portanto, o acervo de todos os direitos e obrigações que lhe estejam associados, com exceção dos direitos de propriedade intelectual e, também, a assunção da posição contratual dos trabalhadores e dos prestadores de serviços afetos.



MARKETING E COMUNICAÇÃO

Durante os primeiros meses de 2022, continuaram a existir restrições a eventos de divulgação e feiras dirigidas ao público e também de negócios. No entanto, para colmatar todos os cancelamentos de divulgação e dinamização de marca, Santa Catarina associou-se a várias campanhas da ANICP – Associação Nacional do Industriais de Conservas de Peixe, de promoção do património gastronómico presente nas conservas portuguesas: lançamento de concursos de fotografia sobre conservas, eventos de degustação de pequena dimensão, etc. As campanhas seguiram o lema “Vamos conservar o que é nosso” e tiveram sempre como propósito sensibilizar o público para os produtos da pesca e da aquicultura sustentáveis, apresentando as conservas enquanto exemplo distintivo de tradição e excelência da indústria e superioridade do peixe.

No 11º Concurso Nacional de Conservas de Pescado Tradicionais, mais uma vez Santa Catarina ganhou o “Melhor dos Melhores 2022” – com o Filete de Atum em Azeite Biológico na apresentação em vidro 250g - e ainda 4 medalhas de Ouro: Mestre Saul 120 g e o Filete de Atum em Azeite na versão Aguarelas Jorgenses e ainda o mais premiado de todos os nossos produtos, o Filete de Atum com Molho Cru e o Melhor dos Melhores que além deste galardão também recebeu a Medalha de Ouro.

Na rubrica de Inovação, lançámos no mercado as Aguarelas de 4 ícones Jorgenses: Moinho da Urzelina, Farol do Topo, Fajã da Caldeira de Santo Cristo e Fajã de São João. As aguarelas são reproduções de 4 originais de uma Artista Plástica Jorgense e pretende-se chamar a atenção do público colecionador apresentando um produto distinto, colecionável e de qualidade, que prestigia a nossa Indústria Conserveira e sobretudo a marca Santa Catarina.

Em termos de Marketing Internacional organizámos um Evento no âmbito da certificação *Natureland*, com visitas a barcos de pesca, à Lotaçor no Faial, ao Departamento de Oceanografia e Pescas e à fábrica em São Jorge, com 20 visitantes entre eles, a comitiva da *Organico Real Foods*, *IPNLF*, *Natureland* e ainda elementos da comunicação social alemã especializada e ligada aos média da área da Sustentabilidade e Ética Ambiental (julho 2022).

QUALIDADE ALIMENTAR E AMBIENTAL

Apesar de 2022 ter sido um ano atípico, devido à crise sismo-vulcânica que impossibilitou a realização de auditorias, inspeções e visitas, no âmbito da qualidade e segurança alimentar, de acordo com o cronograma definido, Santa Catarina, mesmo assim, revalidou a sua certificação *ECOCERT* (produção em modo biológico), revalidou a certificação *Natureland*, tendo preparado para verificação remota toda a documentação para a certificação *FOS* (*Friend of the Sea*) e ainda levou a cabo, mais uma vez e com sucesso, a auditoria da revalidação *IFS* que se realizou in-loco por uma Auditora estrangeira dentro do âmbito do organismo certificador: a *SGS*.



Todos os objetivos de qualidade e segurança alimentar foram praticamente cumpridos na íntegra, com exceção das reclamações de consumidores (em cpm: reclamações recebidas por milhão de latas colocadas no mercado) relativas a Qualidade. Esta categoria de reclamações é basicamente devida à apresentação do produto na lata, visto que os consumidores têm um conceito de posta como um lombo inteiro na lata, o que não corresponde à realidade. As reclamações no âmbito da categoria “Qualidade” estão sempre relacionadas com expectativas não atingidas e não com a qualidade intrínseca do produto.

Todos os outros objetivos de qualidade e segurança alimentar foram atingidos com sucesso inclusive a área ambiental, em que a empresa se propôs reduzir o plástico em 50% nas embalagens dos seus produtos, em parceria de responsabilidade ambiental partilhada com os seus clientes *Orgânico Realfoods* e *Lidl* (ambos os clientes representam praticamente 1/3 do nosso volume de vendas). A eliminação do plástico nas embalagens destes dois clientes foi de 100%. Também foi feita a mudança para cartões certificados *FSC*, de modo a promover consistentemente a sustentabilidade ambiental em todas as embalagens.

As certificações abrem novos caminhos de consistência de qualidade e segurança alimentar, que se vêm juntar ao programa de sustentabilidade e desenvolvimento das marcas e produtos fabricados pela Santa Catarina.

As certificações, tanto na área de qualidade e segurança alimentar, como na área ambiental têm um reconhecimento e validação internacional que permite a criação de uma imagem de marca no sector alimentar, construindo a confiança dos clientes e consumidores, e abrindo caminho para novas oportunidades de mercado.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Cessão de Exploração da Unidade Fabril de Santa Catarina com opção de compra

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, de 20 de dezembro de 2021, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, 1.ª série, n.º 213, de 20 de dezembro (“Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021”), o Conselho de Governo autorizou a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e a Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., a lançar um Concurso Público Internacional para a cessão da exploração da unidade fabril de Santa Catarina, sita na ilha de São Jorge, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do capital social da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., detidas indiretamente, através da Lotaçor, S.A., pela Região Autónoma dos Açores (“Concurso Público Internacional”).



No decurso da Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, foi proferido o Despacho n.º 2969/2021, de 27 de dezembro de 2021, da Presidência do Governo Regional, que aprovou a constituição da Comissão Especial de Acompanhamento e nomeou como seus membros o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, que preside, o Professor Doutor Flávio Gomes Borges Tiago, e o Dr. Francisco Roberto Cota Lima.

O referido Concurso Público Internacional foi lançado por anúncio publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2021/S 255-674890, de 31 de dezembro, no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, 2.ª série, n.º 257, de 29 de dezembro, com o n.º 465/2021, e no Diário da República, 2.ª série – Parte L, n.º 252, de 30 de dezembro, com o n.º 16355/2021, todos em 2021, tendo sido ainda publicados anúncios em jornais nacionais e regionais de grande circulação.

Os Conselhos de Administração da Lotaçor, S.A. – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., em 30 de março de 2022, remeteram ao Governo Regional o processo completo do Concurso Público Internacional com o prazo para apresentação das propostas as 23h59 de Portugal Continental do dia 11 de fevereiro de 2022, tendo sido recebidas duas propostas.

Em cumprimento das regras concursais aprovadas e das regras legais aplicáveis, o Júri do Concurso Público Internacional procedeu à elaboração do Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, tendo sido concedido o direito de audiência prévia aos concorrentes, e tendo sido proferido a final o Relatório Final de Avaliação das Propostas.

O Relatório Final de Avaliação das Propostas concluiu no sentido de adjudicação da proposta apresentada pelo Agrupamento Concorrente constituído por Rogério Paulo Veiros e por Freitas Mar – Produtos Alimentares, S.A., por ser a proposta economicamente mais vantajosa, em função do modelo de avaliação das propostas aprovado no âmbito do Concurso Público Internacional.

Em 24 de março de 2022, a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo do Concurso Público Internacional de Santa Catarina emitiu o seu Parecer concordante com as conclusões do Relatório Final de Avaliação das Propostas, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, e no artigo 20.º da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, na redação dada pela Lei n.º 50/2011, de 13 de setembro.

Em 30 de março de 2022, o Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. e o Conselho de Administração da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A. aprovaram a proposta de adjudicação constante do Relatório Final de Avaliação das Propostas.



O ano de 2022 ficou marcado por todo este processo, com a assinatura do contrato de cessão de exploração a 31 de maio, a entrega da fábrica ao concessionário a 1 de agosto.

No final de 2021, a dívida acumulada da empresa Santa Catarina era cerca de 27 milhões de euros. Essa dívida tinha duas componentes: a primeira, dívida bancária, da ordem dos 7 milhões de euros. A segunda, empréstimos do acionista da Santa Catarina (a Lotaçor), superiores a 19,5 milhões de euros, reconhecidos no capital próprio da empresa. Durante o ano 2022, o Governo Regional, por via do Despacho n.º 153/2022, de 7 de fevereiro, e do Despacho nº 2328/2022, de 9 de novembro, publicados em Jornal Oficial, procedeu à transferência para a Região do montante de 7 780 463,70 euros da dívida bancária da Santa Catarina. Numa segunda fase, foi aprovado em Assembleia Geral de 30 de dezembro de 2022, a cobertura de prejuízos que transitam de anos anteriores no montante de 22 085 089,99 euros através de parte de valores que estavam reconhecidos como prestações acessórias da acionista única Lotaçor, no montante de 14 304 626,29 euros. Também deliberou que, como garante da totalidade dos financiamentos bancários de Santa Catarina, que foram assumidos pela Região, no montante de 7 780 463,70 euros, fossem utilizados na cobertura da parte remanescente daqueles prejuízos. Foi ainda deliberado, aumentar o capital social da Santa Catarina em 4 950 000 euros realizado através da conversão das prestações acessórias.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE DO BALANÇO

ATIVO

Rubricas	31-12-2022	31-12-2021
ATIVO:		
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis	2 344 806,12	2 419 773,69
Ativos intangíveis	2 344,29	4 688,58
Outros investimentos financeiros	18 946,03	18 156,47
Créditos a receber - Obrigação Contratual	3 591 994,36	-
	5 958 090,80	2 442 618,74
Ativo corrente:		
Inventários	-	3 687 684,63
Clientes	603 796,10	1 892 621,96
Estado e outros entes públicos	28 701,02	199 078,13
Outros créditos a receber	530 346,26	829 191,73
Diferimentos	-	2 271,27
Caixa e depósitos bancários	236 243,53	515 905,09
	1 399 086,91	7 126 752,81
Total do Ativo	7 357 177,71	9 569 371,55

O ativo diminuiu, em termos globais, 23,12%, face a 2021, cerca de 2,2 milhões de euros, onde se destacam os clientes que reduziram mais de 1,2 milhões de euros.

ATIVO NÃO CORRENTE

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis não aumentaram de 2021 para 2022, pelo facto de os investimentos serem muito reduzidos.

Com a cessão de exploração da unidade fabril Santa Catarina para a empresa SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda, foi transferido todo o inventário a título de fundo de maneo, ficando a montante numa conta do ativo não corrente, créditos a receber.



ATIVO CORRENTE

O ativo corrente diminuiu 80,37%. Esta diminuição deveu-se essencialmente à transferência do inventário da rubrica do ativo corrente para ativo não corrente, e ao recebimento dos clientes.

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:

Capital subscrito	5 000 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	-	19 520 729,04
Resultados transitados	31 191,69	(21 455 155,20)
Excedentes de revalorização	215 397,59	246 589,28
	<u>5 246 589,28</u>	<u>(1 637 836,88)</u>
Resultado líquido do período	(493 235,05)	(629 934,79)
Total do Capital Próprio	<u>4 753 354,23</u>	<u>(2 267 771,67)</u>

PASSIVO:

Passivo não corrente:

Estado e outros entes públicos	1 608 031,63	1 775 406,94
Passivos por impostos diferidos	37 120,11	42 495,47
	<u>1 645 151,74</u>	<u>1 817 902,41</u>

Passivo corrente:

Fornecedores	330 929,30	2 031 492,34
Estado e outros entes públicos	190 855,43	235 202,71
Financiamentos obtidos	-	7 054 425,94
Outras dívidas a pagar	436 887,01	698 119,82
	<u>958 671,74</u>	<u>10 019 240,81</u>

Total do Passivo 2 603 823,48 11 837 143,22

Total do Capital Próprio e do Passivo 7 357 177,71 9 569 371,55

CAPITAL PRÓPRIO

No ano de 2022 a Santa Catarina aumentou o capital social em 4 950 000 euros realizado através da conversão das prestações acessórias, passando para 5 milhões de euros. O Conselho de Administração deliberou a cobertura de prejuízos que transitam de anos anteriores no montante de 22 085 089,99 euros através de parte de valores que estavam reconhecidos como prestações acessórias, no montante de 14 304 626,29 euros. Também deliberou que, como garante da totalidade dos financiamentos bancários de Santa Catarina, que foram assumidos pela Região, no montante de 7 780 463,70 euros, sejam utilizados na cobertura da parte remanescente daqueles prejuízos.



PASSIVO

O passivo, na sua globalidade, diminuiu 78%, essencialmente devido à diminuição da dívida bancária e da rubrica de fornecedores.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	2022	2021
Vendas e serviços prestados	9 443 219,45	9 150 335,52
Subsídios à exploração	219 212,28	370 217,00
Variação nos inventários da produção	(1 051 371,06)	(420 389,38)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7 444 686,27)	(5 909 986,12)
Fornecimentos e serviços externos	(835 304,51)	(1 153 288,91)
Gastos com o pessoal	(979 769,32)	(1 930 420,48)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	380 000,00	(100 000,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(7 331,19)	23 604,95
Outros rendimentos	163 925,91	44 798,86
Outros gastos	(114 401,44)	(143 515,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(226 506,15)	(68 643,68)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(245 268,59)	(253 071,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(471 774,74)	(321 715,18)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(26 448,80)	(319 059,30)
Resultado antes de impostos	(498 223,54)	(640 774,48)
Imposto sobre o rendimento do período	4 988,49	10 839,69
Resultado líquido do período	(493 235,05)	(629 934,79)



GASTOS E PERDAS

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Conta	Descrição	2022	2021
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons.		
6111	Mercadorias - cmvc	4 202 765,02	1 026 378,76
61211	Matérias primas - cmpvc	1 582 484,33	2 457 572,79
61216	Matérias primas - Lombos - cmpvc	159 600,97	229 284,53
61221	Matérias subsidiárias - cmpvc	415 793,86	589 807,78
61231	Embalagens de consumo - cmpvc	788 156,41	1 155 579,41
61241	Matérias Diversas - cmpvc	57 588,99	65 147,37
61251	Matérias BAR - cmpvc	1 478,65	61 251,00
61261	Despesas adicionais - cmpvc	236 818,04	384 266,08
61	Total de CMVMC	7 444 686,27	5 969 287,72

Na rubrica Mercadorias está incluída a venda de uma parte do inventário, por consequência do contrato de cessão de exploração e 761 mil euros referentes a vendas feitas pela Santa Catarina em substituição da SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda, enquanto alguns clientes não atualizavam a transferência de faturação da Santa Catarina para a SCA.

Todas as outras rubricas diminuiram uma vez que a 2022 apenas se refere a 7 meses de produção.



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta	Descrição	2022	2021
6221	Trabalhos Especializados	94 072,20	107 155,74
6222	Publicidade e Propaganda	164 722,75	233 531,26
6223	Vigilância e Segurança	120,00	120,00
6224	Honorários	6 286,00	5 848,75
6225	Comissões	18 150,42	32 715,83
6226	Conservação e Reparação	35 975,29	33 075,18
6227	Serviços Bancários	23 906,94	55 552,08
6228	Outros Serviços Especializados	55 353,43	27 715,51
622	Sub Total - Serviços Especializaods	398 587,03	495 714,35
6231	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	10 076,03	18 027,82
6233	Material de Escritório	7 078,31	3 622,61
6235	Material publicitário	800,48	3 278,97
623X	Outros Materiais	5 722,70	7 300,36
623	Sub Total - Materiais	23 677,52	32 229,76
6241	Electricidade	49 076,80	76 264,53
6242	Combustíveis	5 249,09	7 076,89
6243	Água	11 801,42	18 689,67
624X	Outras Energias e Fluidos	47,11	63,39
624	Sub Total - Energia e Fluidos	66 174,42	102 094,48
6251	Deslocações e Estadas	22 754,97	22 700,83
6252	Transportes de Pessoal	27 024,73	44 827,00
6253	Transportes de Mercadorias	233 933,25	387 730,40
625X	Outras Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	0,00
625	Sub Total - Deslocações, Estadas e Transportes	283 712,95	455 258,23
6261	Rendas e Alugueres	16 750,50	5 917,24
6262	Comunicação	4 660,55	7 934,52
6263	Seguros	19 374,91	21 195,42
6265	Contencioso e Notariado	1 783,20	707,27
6266	Despesas de Representação	1 260,51	2 110,15
6267	Limpeza Higiene e Conforto	18 972,92	27 637,49
626X	Outros Serviços Diversos	350,00	2 490,00
626	Sub Total - Serviços Diversos	63 152,59	67 992,09
62	Total - Forn e Serv Externos	835 304,51	1 153 288,91

Os Fornecimentos e Serviços externos diminuíram em 2022, essencialmente devido à diminuição de alguns custos em consequência de 7 meses de produção. Note-se que, a 1 de agosto foi a data da efetiva cessão de exploração da unidade fabril Santa Catarina.



GASTOS COM O PESSOAL

Conta	Descrição	2022	2021
	Gastos com Pessoal		
631	Remunerações Órgãos Sociais	0,00	68 592,46
632	Remunerações do Pessoal	767 609,47	1 440 857,70
634	Indemnizações	21 545,02	15 993,28
635	Encargos sobre Remunerações	166 868,73	340 759,68
636	Seguros de Acidentes Pessoais e doenças prof	10 654,34	42 216,73
637	Gastos de ação social	2 942,87	795,27
638	Outros Gastos com Pessoal	10 148,89	21 205,36
63	Total de Gastos com Pessoal	979 769,32	1 930 420,48

Em setembro de 2021 tomou posse nova Administração cujos elementos não são remunerados.

Os custos com pessoal diminuíram pela transferência do pessoal a 1 de agosto de 2022 para a SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda ao abrigo do contrato de cessão de exploração.

GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 2022 fez-se apenas os investimentos essenciais à continuação da laboração.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Foram registadas perdas no valor de 114 401,44 euros, cujos principais itens são referentes a caducidade do PEC (33 877,92€), juros de mora (24 022,88€), descontos de pronto pagamento (17 925,81€), impostos (10 551,56€).

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

O valor desta rubrica teve uma grande diminuição devido à transferência da dívida bancária para a Região Autónoma dos Açores.

RENDIMENTOS E GANHOS

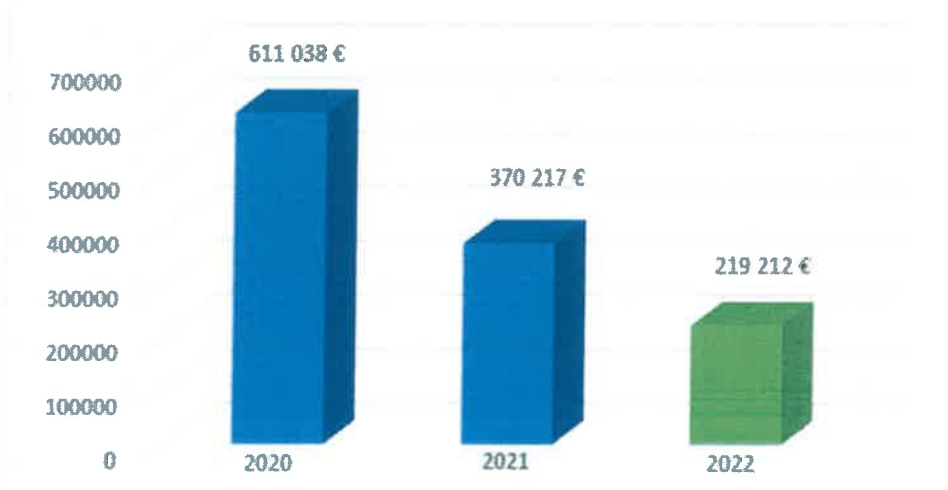
VENDAS

No volume de vendas de 2022, no montante de 9,4 milhões está incluído o valor de 3 467 630 euros referente à venda do inventário de matérias-primas e produtos acabados de acordo com o contrato de cessão de exploração.



SUBSÍDIOS

Subsídios 2020 a 2022



O valor global de subsídios de 210 691 euros, diz respeito na sua maioria ao *POSEIMA*, sendo os restantes valores relativos ao subsídio do Programa *MEET* (Medida Extraordinária de Estabilização de Trabalhadores) e compensação do COVID.

Os apoios no âmbito das ajudas à produção nomeadamente *POSEIMA* tiveram um decréscimo, em virtude de em 2021 e 2022 não se aplicar a Portaria 151/2020 que aprovou o regime de compensação dos custos suplementares para os produtos de pesca da Região Autónoma dos Açores para 2019 e 2020.

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

O stock de produto acabado numa fábrica de conservas deve ser no mínimo de 3 meses de vendas, por várias razões, nomeadamente porque o produto deve estagiar algum tempo em armazém, a empresa deve ter reservas de produto para responder à sazonalidade das vendas, que crescem no verão e baixam no inverno, e porque uma empresa que possui contratos de abastecimento com cadeias de distribuição é penalizada em caso de falhas de serviço. Em 2022, tivemos uma grande redução do produto acabado em consequência do alto absentismo e também por termos contabilizado apenas 7 meses de produção, pelas razões atrás expostas.



RESULTADOS

	2020	2021	2022
EBITDA	244 403,38	(68 643,68)	(226 506,15)
EBIT	(27 671,09)	(321 715,18)	(471 774,74)
Resultado Líquido	(249 251,71)	(629 934,79)	(493 235,05)

O resultado líquido negativo de cerca de 493 mil euros reflete uma melhoria face a 2021, no entanto, o EBITDA no contexto atípico conjuntural, explicado nos pontos anteriores, piora face ao ano anterior em cerca de 158 mil euros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o artigo n.º 11 dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2022, no montante negativo de 493 235,05 euros (quatrocentos e noventa e três mil, duzentos e trinta e cinco euros e cinco cêntimos) seja levado a resultados transitados.

Calheta, 20 de março de 2023.

O Conselho de Administração,

(Catarina de Lacerda Martins)

(Simão Pedro Ferreira Cabral Neves)

(Vassili Plesov)



AGRADECIMENTOS

O conselho de administração presta os seus inefáveis agradecimentos:

- A todos os funcionários pelo esforço e dedicação, que são peças fundamentais do projeto Santa Catarina, não só para a Ilha de São Jorge, como também para toda a Região;
- Às Instituições Financeiras que têm apoiado Santa Catarina, cuja colaboração e acompanhamento têm sido fundamentais, na atual conjuntura económica e financeira;
- A todos os clientes de um modo geral, pela colaboração e fidelização que têm disponibilizado à empresa;
- A todos os fornecedores e aos armadores regionais por toda a compreensão e confiança, e por acreditarem na retoma e recuperação da empresa.

E por último gostaríamos de manifestar a nossa confiança no futuro desta empresa, agora com o novo modelo de exploração que representa uma forte aposta na continuidade do fabrico de conservas de qualidade, que continue a dignificar a imagem das conservas açorianas e que continue a levar a palavra Açores aos quatro cantos do mundo!

Calheta, 20 de março de 2023.

O Conselho de Administração,

(Catarina de Lacerda Martins)

(Simão Pedro Ferreira Cabral Neves)

(Vassili Plesov)



Handwritten signature and initials

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2022	31-12-2021
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	2 344 806	2 419 774
Ativos intangíveis	8	2 344	4 689
Outros investimentos financeiros	9	18 946	18 156
Créditos a receber - Obrigação Contratual	11	3 591 994	-
		5 958 091	2 442 619
Ativo corrente:			
Inventários	10	-	3 687 685
Clientes	11	603 796	1 892 622
Estado e outros entes públicos	12	28 701	199 078
Outros créditos a receber	11	530 346	829 192
Diferimentos	13	-	2 271
Caixa e depósitos bancários	4	236 244	515 905
		1 399 087	7 126 753
Total do Ativo		7 357 178	9 569 372
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6 e 14	5 000 000	50 000
Outros instrumentos de capital próprio	6 e 14	-	19 520 729
Resultados transitados	14	31 192	(21 455 155)
Excedentes de revalorização	7 e 14	215 398	246 589
		5 246 589	(1 637 837)
Resultado líquido do período		(493 235)	(629 935)
Total do Capital Próprio		4 753 354	(2 267 772)
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Estado e outros entes públicos	12	1 608 032	1 775 407
Passivos por impostos diferidos	15	37 120	42 495
		1 645 152	1 817 902
Passivo corrente:			
Fornecedores	16	330 929	2 031 492
Estado e outros entes públicos	12	190 855	235 203
Financiamentos obtidos	17	-	7 054 426
Outras dívidas a pagar	16	436 887	698 120
		958 672	10 019 241
Total do Passivo		2 603 823	11 837 143
Total do Capital Próprio e do Passivo		7 357 178	9 569 372

Contabilista Certificado

Luísa Maria Brasil Enes

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	18	9 443 219	9 150 336
Subsídios à exploração	19	219 212	370 217
Variação nos inventários da produção	10	(1 051 371)	(420 389)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(7 444 686)	(5 909 986)
Fornecimentos e serviços externos	20	(835 305)	(1 153 289)
Gastos com o pessoal	21	(979 769)	(1 930 420)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	380 000	(100 000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(7 331)	23 605
Outros rendimentos	22	163 926	44 799
Outros gastos	23	(114 401)	(143 515)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(226 506)	(68 644)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(245 269)	(253 072)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(471 775)	(321 715)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	24	(26 449)	(319 059)
Resultado antes de impostos		(498 224)	(640 774)
Imposto sobre o rendimento do período	12	4 988	10 840
Resultado líquido do período		(493 235)	(629 935)

Contabilista Certificado

Lúcia Maria Brasil Eves

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2022 e 2021

Rubricas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
14	50 000	17 370 729	(21 226 199)	266 884	(249 252)	(3 787 837)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação dos resultados			(249 252)		249 252	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis			31 690	(31 690)	-	-
Ajustam entos por impostos diferidos			(11 395)	11 395	-	-
	-	-	(228 957)	(20 295)	249 252	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(629 935)	(629 935)
RESULTADO INTEGRAL					(629 935)	(629 935)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações		2 150 000				2 150 000
	-	2 150 000	-	-	-	2 150 000
14	50 000	19 520 729	(21 455 155)	246 589	(629 935)	(2 267 772)
14	50 000	19 520 729	(21 455 155)	246 589	(629 935)	(2 267 772)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação dos resultados			(629 935)		629 935	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis			36 567	(36 567)	-	-
Ajustam entos por impostos diferidos			(5 375)	5 375	-	-
	-	-	(598 743)	(31 192)	629 935	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(493 235)	(493 235)
RESULTADO INTEGRAL					(493 235)	(493 235)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital	4 950 000	(4 950 000)				-
Entradas para cobertura de perdas		(14 304 626)	14 304 626			-
Outras operações		(266 103)	7 780 464			7 514 361
	4 950 000	(19 520 729)	22 085 090	-	-	7 514 361
14	5 000 000	-	31 192	215 398	(493 235)	4 753 354

Contabilista Certificado

Luís Maria Soares

Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A.

Relatório e Contas 2022

O Conselho de Administração

Luís Maria Soares



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		6 152 051	8 993 091
Pagamentos a fornecedores		(6 334 141)	(7 520 799)
Pagamentos ao pessoal		(1 356 925)	(1 982 119)
Caixa gerada pelas operações		(1 539 015)	(509 827)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(555)	(1 126)
Outros recebimentos/pagamentos		586 084	213 608
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(953 486)	(297 345)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(182 291)	(314 799)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(182 291)	(314 799)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 092 902	7 895 794
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	2 150 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 172 620)	(8 768 367)
Juros e gastos similares		(43 711)	(302 051)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		876 571	975 376
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(259 206)	363 232
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	495 449	132 217
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	236 244	495 449

Contabilista Certificado

Lúcia Maria Brasil Nunes

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01 – Introdução

SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A., abreviadamente designada por SANTA CATARINA, constituída a 28 de abril de 1995, tem como objeto a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciado ou não matéria-prima para a sua atividade e, também, a comparticipação, aquisição ou fretamento de embarcações.

Em 20 de janeiro de 2009, a LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. adquiriu 67 534 542 ações representativas de 99,73% do capital social pelo valor de um cêntimo.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A. seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social.

A 30 de dezembro de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral um aumento de capital no montante de 4.950.000 euros (quatro milhões novecentos e cinquenta mil euros) através da conversão de prestações acessórias, ficando a SANTA CATARINA com um capital social de 5.000.000 euros (cinco milhões euros).

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 1 000 000 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma.

Em conformidade com a Resolução do Conselho do Governo n.º 289/2021, de 20 de dezembro de 2021, procedeu-se à realização de um concurso público internacional para a cessão da exploração da unidade fabril explorada pela Entidade, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do seu capital social.

Nos termos das condições previstas no referido concurso público, pressupõe-se que a cessão de exploração da unidade fabril ocorra pelo prazo de dez anos, com início a 1 de agosto de 2022, e que poderá ser prorrogado por um período adicional de cinco anos, será efetuada nas exatas condições em que esta se encontra em termos operacionais e contratuais, compreendendo, portanto, todos os direitos e obrigações que lhe estejam associados, com exceção dos direitos de propriedade intelectual e, também, a assunção da posição contratual dos trabalhadores e dos prestadores de serviços afetos.



Com a assunção da gestão, organização e direção técnica, comercial e administrativa da unidade fabril, o cessionário pagará uma renda anual de duzentos e seis mil euros no primeiro ano, e de cento e cinquenta e seis mil euros a partir do segundo ano, sofrendo estas ainda as atualizações anuais aplicáveis com base nos coeficientes de aumento de rendas não habitacionais e suportará todos os gastos relacionados com os consumos de eletricidade, gás e água. Adicionalmente, será também liquidada uma renda anual variável calculada na base de cinco por cento sobre os resultados operacionais anuais, com o limite mínimo de cinquenta mil euros. O pagamento da primeira renda anual deverá ocorrer com a assinatura do contrato, vencendo-se as rendas anuais subsequentes (fixas e variáveis) no dia primeiro dia útil do mês de abril do ano a que respeitarem.

O cessionário poderá exercer o direito de opção de compra da totalidade das ações representativas do capital social da SANTA CATARINA através do pagamento de uma caução provisória e sujeitando-se a sua indisponibilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data da celebração do contrato de compra e venda. Para garantir o exercício integral do direito de opção de compra, procederá ao pagamento do preço de transmissão cinco milhões de euros, atualizado com base nos coeficientes de aumento de rendas não habitacionais.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SANTA CATARINA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela Entidade-mãe, pelo método da consolidação integral.

SANTA CATARINA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.



Handwritten signature

02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

A Administração procedeu à avaliação da Empresa operar em continuidade, tendo presente que houve a cessão de exploração da unidade fabril a 1 de agosto de 2022, pelo período de dez anos, com a possibilidade de exercício de opção de compra, no final do período de exploração, da totalidade das ações representativas do seu capital social e os financiamentos foram reduzidos na sua totalidade em 7,7 milhões de euros através da assunção da dívida bancária pela Região Autónoma dos Açores.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis cedidos nos termos do contrato de cessão de exploração, encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, exceto os adquiridos antes de 2012 que se encontram



mensurados pelo custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SANTA CATARINA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 18
Equipamento administrativo	3 - 12
Outros activos fixos tangíveis	3 - 20

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse



Jorge
h

saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Ativos intangíveis

A SANTA CATARINA reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a SANTA CATARINA e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* cedidos no âmbito do contrato de cessão de exploração são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SANTA CATARINA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da SANTA CATARINA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo cedido consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao



valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo cedido for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo estimado de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.



g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a SANTA CATARINA se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Fornecedores

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A SANTA CATARINA desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.



A SANTA CATARINA desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

h) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

i) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

j) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A SANTA CATARINA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A SANTA CATARINA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SANTA CATARINA; e



- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SANTA CATARINNA;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a SANTA CATARINNA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

k) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a SANTA CATARINA cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à SANTA CATARINA sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

l) Benefícios dos empregados

A SANTA CATARINA reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos



para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

n) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

p) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.



Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

q) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

r) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A SANTA CATARINA faz



uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

Em conformidade com o contrato de cessão de exploração referido na nota 1 do anexo, a exploração da unidade fabril foi cedida por um período de 10 anos, com início a 1 de agosto de 2022 estando assegurado a manutenção do normal funcionamento dos ativos cedidos, havendo a possibilidade do cessionário exercer o direito de opção de compra da totalidade das ações representativas do capital social após esse período de exploração.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da SANTA CATARINA.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.



Provisões

A SANTA CATARINA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SANTA CATARINA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	136	399
Depósitos bancários	<u>236 107</u>	<u>515 507</u>
	236 244	515 905
Descobertos bancários	-	(20 456)
	<u><u>236 244</u></u>	<u><u>495 449</u></u>



05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2021, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

06 – Partes relacionadas

O capital social da SANTA CATARINA, no montante de 5 000 000 euros, é representado por 1 000 000 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que correspondem a 100% do capital social (1 000 000 ações).

Como indicado na nota introdutória, o contrato de cessão de exploração da unidade fabril, possibilita também o exercício da opção de compra da totalidade do capital social detido pelo acionista único.

Em 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A. seguida de um aumento de capital social para 50 000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social (Nota 14).

Em 2022 foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro, um aumento de capital no montante de 4.950.000 euros (quatro milhões novecentos e cinquenta mil euros) através da conversão de prestações acessórias.

O Conselho de Administração aprovou também a cobertura de prejuízos que transitam de anos anteriores, no montante 22 085 090 euros através de parte de valores que estavam reconhecidos como prestações acessórias, no montante 14 304 626 euros. Também deliberou que, como garante da totalidade dos financiamentos bancários de SANTA CATARINA, que foram assumidos pela Região Autónoma dos Açores, no montante de 7 780 464 euros, sejam utilizados na cobertura da parte remanescente dos prejuízos.



07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Custo								
Em 1 Janeiro de 2021	198 000	2 524 273	1 710 155	83 234	172 900	69 214	234 690	4 992 465
Adições	-	-	15 629	16 944	17 449	5 650	252 152	307 823
Transferências / Correções	-	343 564	68 776	-	-	1 157	(412 340)	1 157
Alienações / abates	-	(24 146)	(221 330)	(9 143)	(41 113)	(16 325)	-	(312 057)
Em 31 de Dezembro de 2021	198 000	2 843 691	1 573 229	91 034	149 235	59 696	74 503	4 989 388
Depreciações acumuladas								
Em 1 Janeiro de 2021	-	959 384	1 375 850	66 322	162 366	66 920	-	2 630 842
Adições	-	132 310	95 958	9 093	10 675	2 512	-	250 547
Correções	-	41	-	-	(875)	654	-	(181)
Alienações / abates	-	(24 146)	(221 330)	(9 143)	(41 113)	(15 862)	-	(311 594)
Em 31 de Dezembro de 2021	-	1 067 588	1 250 478	66 272	131 053	54 223	-	2 569 615
Valor líquido 2021	198 000	1 776 103	322 751	24 762	18 182	5 473	74 503	2 419 774
Custo								
Em 1 Janeiro de 2022	198 000	2 843 691	1 573 229	91 034	149 235	59 696	74 503	4 989 388
Adições	-	53 825	123 335	-	6 101	-	36 287	219 549
Transferências / Correções	-	63 930	-	-	-	-	(110 790)	(46 860)
Alienações / abates	-	-	(17 900)	-	(12 112)	-	-	(30 012)
Em 31 de Dezembro de 2022	198 000	2 961 446	1 678 664	91 034	143 224	59 696	-	5 132 065
Depreciações acumuladas								
Em 1 Janeiro de 2022	-	1 067 588	1 250 478	66 272	131 053	54 223	-	2 569 615
Adições	-	143 750	79 817	9 093	7 975	2 289	-	242 924
Alienações / abates	-	-	(13 168)	-	(12 112)	-	-	(25 280)
Em 31 de Dezembro de 2022	-	1 211 339	1 317 127	75 366	126 916	56 512	-	2 787 259
Valor líquido 2022	198 000	1 750 108	361 538	15 668	16 309	3 184	-	2 344 806

Como indicado na nota introdutória, com a cessão da exploração da unidade fabril iniciada a 1 de agosto de 2022, o cessionário pagará uma renda anual fixa em valor igual ou superior a duzentos e seis mil euros no primeiro ano, e em valor igual ou superior a cento e cinquenta e seis mil euros a partir do segundo ano, sofrendo estas atualizações anuais aplicáveis com base nos coeficientes de aumento de rendas não habitacionais, e suportará todos os gastos relacionados com os consumos de eletricidade, gás e água. Adicionalmente, será também liquidada uma renda anual variável calculada na base de cinco por cento sobre os resultados operacionais anuais, com o limite mínimo de cinquenta mil euros. O pagamento da primeira renda anual ocorreu com a assinatura do contrato em agosto de 2022, vencendo-se as rendas anuais subsequentes (fixas e variáveis) no dia primeiro dia útil do mês de abril do ano a que respeitarem.



O concessionário assume a integral responsabilidade pelos riscos relativos à exploração da unidade fabril e dos equipamentos associados que foram cedidos durante o período do contrato de cessão de exploração, obrigando-se também, a assegurar o normal funcionamento e o cumprimento do plano de investimento.

Em 2022, as principais aquisições referem-se a cravadeira de latas redondas, a execução de uma caixa/coletor e muro em alvenaria que será a preparação para a futura ETAR, equipamento informático, sistema de vigilância, alguns equipamentos básicos de baixo valor. Foi transferido de imobilizado em curso para a rubrica de Edifícios e Outras Construções as obras já efetuadas no antigo escritório do Mestre Saul.

08 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem aquisições de software que se encontra cedido no âmbito de contrato de cessão de exploração, tem o seguinte movimento nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos Intangíveis		
Programas de computador		
Em 1 janeiro	7 033	-
Adições	-	7 033
Em 31 de dezembro	<u>7 033</u>	<u>7 033</u>
Amortizações acumuladas		
Em 1 janeiro	2 344	-
Amortizações período	2 344	2 344
Em 31 dezembro	<u>4 689</u>	<u>2 344</u>
Valor líquido	<u>2 344</u>	<u>4 689</u>

09 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam os seguintes ativos financeiros que se encontravam registados ao custo, que se indicam:



	2022	2021
Outros investimentos financeiros		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Açores, C.R.L.	125	125
Fundo Compensação Trabalho	18 821	18 032
	<u>18 946</u>	<u>18 156</u>

10 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

<u>Em 31 de Dezembro de 2022</u>			
	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	1 927 586	2 140 098	4 067 685
Compras	4 232 239	-	4 232 239
Varição da produção	-	(1 051 371)	(1 051 371)
Regularizações	219 874	(23 740)	196 133
CMVMC - cessão exploração	(1 115 685)	(1 064 987)	(2 180 672)
Custo da matérias consumidas	(5 264 014)	-	(5 264 014)
Saldo final em 31 de Dezembro	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-
Inventário final liquido	-	-	-

<u>Em 31 de Dezembro de 2021</u>			
	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	886 204	2 560 488	3 446 692
Compras	6 951 368	-	6 951 368
Varição da produção	-	(420 389)	(420 389)
Custo da matérias consumidas	(5 909 986)	-	(5 909 986)
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>1 927 586</u>	<u>2 140 098</u>	<u>4 067 685</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(380 000)	(380 000)
Inventário final liquido	<u>1 927 586</u>	<u>1 760 098</u>	<u>3 687 685</u>



Nos termos do contrato de cessão de exploração, o concessionário, adquiriu a totalidade do inventário existente em 31 de julho de 2022 pelo seu valor contabilístico, acrescido do custo estimado dos produtos encomendados e ainda não rececionados, como se indica:

Produto acabado	1 064 987
Matérias primas e outras	1 115 685
	<u>2 180 672</u>
Encomendas ainda não satisfeitas	1 286 958
	<u>3 467 630</u>
Acerto da renda	124 364
	<u><u>3 591 994</u></u>

O saldo assim apurado é reconhecido em ativo não corrente na rubrica de Créditos a receber, dependendo a sua regularização da decisão a tomar no âmbito do contrato de cessão de exploração referido na nota introdutória do anexo.

A rubrica de perdas por imparidades acumuladas teve o seguinte movimento no ano:

	2022	2021
Saldo Inicial	380 000	280 000
Reforço do ano	<u>(380 000)</u>	<u>100 000</u>
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>380 000</u></u>

11 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:



	Corrente		Não corrente	
	2022	2021	2022	2021
Clientes				
Outros clientes	603 796	1 892 622	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	293 008	285 677	-	-
	896 804	2 178 299	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	(293 008)	(285 677)	-	-
	<u>603 796</u>	<u>1 892 622</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros créditos a receber				
Acréscimo de rendimentos:				
Subsídio POSEIMA (Nota 19)	526 460	820 367	-	-
Obrigação contratual	-	-	3 591 994	-
Outros devedores diversos	3 887	8 825	-	-
	<u>530 346</u>	<u>829 192</u>	<u>3 591 994</u>	<u>-</u>

Na rubrica de clientes está reconhecido um saldo devido pelo concessionário no montante de 273 150 euros que é proveniente de faturação feita a clientes que ainda não tinham passado o contrato para a SCA – Sociedade Conserveira Açoriana, Lda. Só houve esta faturação até ao fim de dezembro de 2022.

Na rubrica de Acréscimos de rendimentos está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores (POSEIMA), no montante de 315 769 euros, referente ao ano de 2021 que será recebido em 2023, e 210 691 euros referente ao apoio respeitante ao primeiro semestre de 2022 (Nota 19).

A concessionária adquiriu à SANTA CATARINA o stock de matérias-primas e produto acabado de acordo com a adenda assinada a 1 de agosto de 2022, no montante de 3 591 994 euros, como indicado na nota 10, dependente a regularização deste saldo das decisões que serão tomadas no término do contrato de cessão de exploração.

O saldo da rubrica Perdas por Imparidade Acumuladas teve o seguinte movimento no ano:



	2022	2021
Cientes		
Saldo inicial	285 677	309 282
Reversão no ano	-	(23 605)
Reforço no ano	7 331	-
Saldo Final	<u>293 008</u>	<u>285 677</u>

12 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 resumem-se como se segue:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Contribuições para a segurança social	-	1 608 032	-	1 775 407
Corrente				
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	19 408	-	53 286	-
IRC – A Recuperar / pagar	-	387	-	555
Retenção imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente	-	-	-	7 917
Prediais	-	-	-	90
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / pagar	2 293	-	-	-
IVA - reembolsos pedidos	7 000	-	145 792	-
Segurança Social				
Contribuição p/ Seg. Social - corrente	-	-	-	38 358
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	-	190 469	-	187 824
FCT e FGCT				
	-	-	-	458
	<u>28 701</u>	<u>1 798 887</u>	<u>199 078</u>	<u>2 010 610</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 30% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a empresa exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.



A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 14,70% em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 30%.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2022	2021	Ano de reporte
2014		12 304	2020
2015		11 268	2021
2016		10 306	2022
2017	9 536	9 536	2023
2018	9 872	9 872	2024
	<u>19 408</u>	<u>53 286</u>	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.



Em 31 de dezembro de 2022 apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	Valor	
	Base	Imposto
2014	948 844	159 406
2015	1 011 054	169 857
2016	1 503 623	252 609
2017	364 913	61 305
2018	822 120	138 116
2019	138 373	23 247
2020	176 591	29 667
2021	569 187	83 671
2022	435 077	63 956
	<u>5 969 782</u>	<u>981 834</u>

Não obstante o valor recuperável dos prejuízos fiscais gerados nos períodos acima indicados, foi entendido mais uma vez pela Administração não reconhecer ativos de impostos diferidos, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos.

O Orçamento de Estado para 2023, aprovado em 2022, colocou fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais e reduziu o limite anual da dedução ao lucro tributável de 70% para 65%, aplicando-se estas alterações à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso. O programa de estabilização económica e social publicado em 2020 estabeleceu um incremento da percentagem de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 em dez pontos percentuais, mantendo-se este incremento com a aprovação do Orçamento de Estado de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a dívida ao Estado e outros entes Públicos estava assim classificada no balanço:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Corrente	190 855	235 203
Não Corrente	<u>1 608 032</u>	<u>1 775 407</u>
	<u>1 798 887</u>	<u>2 010 610</u>



Em 2020 a Empresa solicitou ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a unificação de todos os planos prestacionais em dois planos prestacionais, conforme se resume abaixo:

Aprovado	Não corrente	Corrente	Nº prestações	Última prestação
set-20	1 473 185	157 650	150	fev-33
ago-15	134 847	32 819	150	jan-28
	<u>1 608 032</u>	<u>190 469</u>		

Os planos prestacionais existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm como garantia a hipoteca do edifício da Santa Catarina, S.A.

O imposto sobre o rendimento do período decompõe-se em 2022 e 2021:

	2022	2021
IRC a pagar	(387)	(555)
Imposto diferido	5 375	11 395
	<u>4 988</u>	<u>10 840</u>

13 – Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreende:

	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	0	2 271

14 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

O capital social da SANTA CATARINA, no montante de 5 000 000 euros, é representado por 1 000 000 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.



As variações ocorridas nas rubricas dos capitais próprios a seguir indicadas nos exercícios de 2022 e 2021 decorreram de:

Em 31 de Dezembro de 2022					
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50 000	-	-	4 950 000	5 000 000
Out. instrumentos de capital proprio	19 520 729	-	-	(19 520 729)	-
Resultados transitados	(21 455 155)	(629 935)	-	22 116 282	31 192
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	289 085	-	-	(36 567)	252 518
Impostos diferidos	(42 495)	-	-	5 375	(37 120)
	(1 637 837)	(629 935)	-	7 514 361	5 246 589
Resultado liquido do período	(629 935)	629 935	(493 235)	-	(493 235)
	(2 267 772)	-	(493 235)	7 514 361	4 753 354

Em 31 de Dezembro de 2021					
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50 000				50 000
Out. instrumentos de capital proprio	17 370 729			2 150 000	19 520 729
Resultados transitados	(21 226 199)	(249 252)		20 295	(21 455 155)
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	320 775			(31 690)	289 085
Impostos diferidos	(53 890)			11 395	(42 495)
	(3 538 585)	(249 252)	-	2 150,000	(1 637 837)
Resultado liquido do período	(249 252)	249 252	(629 935)		(629 935)
	(3 787 837)	-	(629 935)	2 150 000	(2 267 772)

O Conselho de Administração aprovou a cobertura de prejuízos que transitam de anos anteriores, no montante 22 085 090 euros através de parte de valores que estavam reconhecidos como prestações acessórias, no montante 14 304 626 euros. Também deliberou que, como garante da totalidade dos financiamentos bancários de SANTA CATARINA, que foram assumidos pela Região Autónoma dos Açores, no montante de 7 780 463 euros, sejam utilizados na cobertura da parte remanescente dos prejuízos.

No ano de 2021 a LOTAÇOR transferiu para a SANTA CATARINA o montante de 2 150 000 euros, contabilizados em outros instrumentos de capital próprio, passando o saldo devido ao acionista para 19 520 729 euros. O Acionista Único na Assembleia Geral realizada a 30 de dezembro de 2022 aprovou



o aumento de capital no montante de 4 950 000 euros (quatro milhões novecentos e cinquenta mil euros) através da conversão de prestações acessórias.

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Como indicado na Nota 7, os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas determinadas por um avaliador independente que, conforme relatório datado de 25 de janeiro de 2012, determinou, baseado no método comparativo do valor de mercado, que a quantia escriturada desses ativos fosse aumentada em 2 314 168 euros, sendo a data de eficácia dessa revalorização reportada a 1 de janeiro de 2012. Sobre este valor é calculado o respetivo imposto diferido.

15 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:

	Em 31 de Dezembro de 2022			
	Saldos inicial	Capitais próprios		Saldo final
Aumentos		Reversão		
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	42 495	-	(5 375)	37 120
	<u>42 495</u>	<u>-</u>	<u>(5 375)</u>	<u>37 120</u>

	Em 31 de Dezembro de 2021			
	Saldos inicial	Capitais próprios		Saldo final
Aumentos		Reversão		
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	53 890	-	(11 395)	42 495
	<u>53 890</u>	<u>-</u>	<u>(11 395)</u>	<u>42 495</u>



16 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

	Corrente		Não corrente	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores				
Empresa mãe - Lotaçor	-	165 717	-	-
Outros fornecedores	330 929	1 865 776	-	-
	<u>330 929</u>	<u>2 031 492</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Pessoal	-	97 495	-	-
Fornecedores de investimento	-	3 345	-	-
Credores por acréscimo de gastos				
Férias e subsídio de férias	152 961	268 026	-	-
Juros a liquidar	-	17 263	-	-
Outros credores	17 823	83 908	-	-
Cheques pré-datados	-	224 295	-	-
Outras contas a pagar	266 103	3 788	-	-
	<u>436 887</u>	<u>698 120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022, não existiam quaisquer trabalhadores, tendo a Santa Catarina assumido todas as responsabilidades dos subsídios de férias e natal vencidos até 31 de julho de 2022 no montante de 152 961 euros.

Na rubrica de outros credores estão os custos com a auditoria às contas do período.

Na rubrica outras contas a pagar está reconhecido o saldo devido ao acionista que não foi utilizado nas operações de saneamento financeiro.

17– Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os financiamentos constantes no passivo corrente, encontram-se assim repartidos:



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	-	-
Correntes		
Contas Correntes Caucionadas	-	47 500
Empréstimos Bancários de curto prazo	-	112 383
Empréstimos Bancários de longo prazo	-	31 073
Locação financeira	-	286 356
Descoberto bancário	-	20 456
Dívida assumida pela RAA	-	6 556 657
	<u>-</u>	<u>7 054 426</u>
	<u>-</u>	<u>7 054 426</u>

Os empréstimos bancários existentes em 2021 foram assumidos pela Região Autónoma dos Açores pelo valor total de 7 780 464 euros e, entretanto, cedidos ao Acionista Único de acordo com o aprovado em Assembleia Geral de 30 de dezembro de 2022, que decidiu também a utilização desse saldo na cobertura de prejuízos.

18 – Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Vendas		
Mercadorias	47 197	1 045 508
Mercadorias - existências	3 467 630	
Produtos acabados e intermédios	5 856 531	7 991 032
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	70 452	111 511
	<u>9 441 809</u>	<u>9 148 051</u>
Prestações de serviços	1 410	2 285
	<u>9 443 219</u>	<u>9 150 336</u>

Excecionalmente nas vendas de produto acabado estão incluídos o montante de 774 802 euros, faturados sem qualquer margem no período transitório da passagem da posição contratual entretanto transmitida no âmbito do contrato de concessão.



19 – Subsídios à exploração

A rubrica de Subsídios à exploração em 2022 e 2021 detalha-se como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subsídios à exploração		
Estado e outros entes publicos	<u>219 212</u>	<u>370 217</u>

Esta rubrica compreende 210 691 euros (2021 - 355 817 euros) de compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, ao abrigo da Portaria n.º 84/2017, alterada pela Portaria 64/2020 que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores – POSEIMA – Programa Operacional MAR2020 (Nota 11), do Programa MEET (Medida Extraordinária de Estabilização de Trabalhadores) no montante de 3 600 euros (2021 – 14 400 euros), e à compensação de faltas laborais pelo COVID no montante de 4 921 euros.

20 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:



	2022	2021
Trabalhos especializados	94 072	107 156
Publicidade e propaganda	164 723	233 531
Vigilância e segurança	120	120
Honorários	6 286	5 849
Comissões	18 150	32 716
Conservação e reparação	35 975	33 075
Serviços bancários	23 907	55 552
Outros	4 134	9 320
Custos de armazenagem no frio	51 220	18 395
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10 076	18 028
Material escritório	7 078	3 623
Material publicitário	800	3 279
Material laboratório	5 723	7 300
Electricidade	49 077	76 265
Combustíveis	5 249	7 077
Água	11 801	18 690
Outros	47	63
Deslocações e estadas	22 755	22 701
Transportes de pessoal	27 025	44 827
Transportes de mercadorias	233 933	387 730
Rendas e aluguers	16 751	5 917
Comunicação	4 661	7 935
Seguros	19 375	21 195
Contencioso e notariado	1 783	707
Despesas de representação	1 261	2 110
Limpeza, higiene e conforto	18 973	27 637
Outros fornecimentos e serviços	350	2 490
	<u>835 305</u>	<u>1 153 289</u>

21 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	68 592
Remunerações do pessoal	767 709	1 440 858
Indemnizações	21 545	15 993
Encargos sobre Remunerações	166 869	340 760
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	10 654	42 217
Gastos de ação social	2 943	795
Outros gastos com Pessoal	10 149	21 205
	<u>979 869</u>	<u>1 930 420</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SANTA CATARINA em ambos os exercícios foi de 138, sendo que todas as responsabilidades contratuais com pessoal existentes à data da cessão de exploração com efeitos a 1 de agosto de 2022 foram assumidos pela concessionária.

22 – Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos resume-se como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos suplementares	144 543	17 045
Descontos de pronto pagamento obtidos	9 822	261
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	-	569
Diferenças de cambio favoráveis	-	363
Correções relativas a períodos anteriores	3 634	26 560
Outros não especificados	5 936	-
	<u>163 936</u>	<u>44 799</u>

Nos rendimentos suplementares está incluída o valor da renda a partir de agosto de 2022, na sequência do contrato de cessão de exploração, no montante de 137 333 euros.

23 – Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de outros gastos resume-se como se segue:



	2022	2021
Impostos	10 102	31 051
Descontos de pronto pagamento concedidos	17 926	18 721
Dividas incobráveis	-	1 24
Perdas em inventários	9 299	46
Abates	4 732	
Correções relativas a períodos anteriores	1 979	36
Quotizações	4 904	7 85
Ofertas e amostras inventários	3 757	20 78
Diferenças de cambio desfavoráveis	527	70
Multas e penalidades	598	
Encargos com descontos	2 676	13 29
Juros de mora e compensatórios	24 023	49 04
Outros não especificados	33 878	
	<u>114 401</u>	<u>143 5</u>

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social (Nota 12).

24 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	21 447	311 971
Juros de locação financeira	5 002	7 088
	<u>26 449</u>	<u>319 059</u>

Os juros tiveram uma grande redução devido a assunção da dívida por parte da Região Autónoma dos Açores (Nota 17).

A contabilista Certificada

Lúcia Maria Brasil Emer

O Conselho de Administração

[Signature]

[Signature]



Handwritten signature

	2022	2021
Impostos	10 102	31 050
Descontos de pronto pagamento concedidos	17 926	18 726
Dívidas incobráveis	-	1 245
Perdas em inventários	9 299	463
Abates	4 732	-
Correções relativas a períodos anteriores	1 979	364
Quotizações	4 904	7 854
Ofertas e amostras inventários	3 757	20 781
Diferenças de câmbio desfavoráveis	527	700
Multas e penalidades	598	-
Encargos com descontos	2 676	13 294
Juros de mora e compensatórios	24 023	49 040
Outros não especificados	33 878	-
	<u>114 401</u>	<u>143 515</u>

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social (Nota 12).

24 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	21 447	311 971
Juros de locação financeira	5 002	7 088
	<u>26 449</u>	<u>319 059</u>

Os juros tiveram uma grande redução devido a assunção da dívida por parte da Região Autónoma dos Açores (Nota 17).



ORGÃOS SOCIAIS



8.1 COMPOSIÇÃO E MANDATOS

Cargo	Órgão Social	Data Nomeação	Mandato	Observações
	Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Manuel Gil Berquó Ávila	31-ago-21	2021-2023	
Vice-Presidente	Andy Rodrigues	31-ago-21	2021-2023	
Secretário	Valdemar da Ponte Furtado	31-ago-21	2021-2023	
	Conselho de Administração			
Presidente	Catarina de Lacerda Martins	31-ago-21	2021-2023	
Vogal Executivo	Simão Pedro Ferreira Cabral Neves	31-ago-21	2021-2023	
Vogal Não Executivo	Vassili Plesov	31-ago-21	2021-2023	
	Fiscal Único			
Efetivo	UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS - SROC, Lda. (nº164) Representada por Manuel Luís Fernandes Branco	31-ago-21	2021-2023	
Suplente	António Tavares da Costa Oliveira, (nº 656)	31-ago-21	2021-2023	

Handwritten signature and initials



REMUNERAÇÕES

		Regime Previd	Subs Alim	Vencimento Base	Despesas Represent	Vencim Base	Despesas Represent	Férias não gozadas	Subs. Natal	Subs Alim	Total
Presidente do Conselho de Administração	Catarina de Lacerda Martins	X	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vogal Executivo do Conselho de Administração	Simão Pedro Ferreira Cabral Neves	X	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Vassili Plesov	X	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A Administração nomeada a 1 de setembro de 2021 não auferiu qualquer remuneração, uma vez que a Presidente e o Vogal executivo são membros do Conselho de Administração da Lotação, acumulando funções. O Vogal Não Executivo prescindiu da remuneração pelo exercício das suas funções.

Handwritten signature and initials



CURRICULUM VITAE

CATARINA DE LACERDA MARTINS

Informação Pessoal:

Nascida em Ponta Delgada a 26 de outubro de 1972.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciada em Economia em 1994, na Universidade Nova de Lisboa.

Pós-graduada em Finanças Empresariais em 2002, na Universidade dos Açores.

Membro n.º 3733 da Ordem dos Economistas.

Experiência profissional:

Presidente do Conselho de Administração da LOTAÇOR- Serviço de Lotas dos Açores, S.A., desde fevereiro de 2021.

Presidente do Conselho de Administração da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., desde setembro de 2021.

Técnica superior na área do Controlo de Gestão, LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, SA, de fevereiro de 2011 até fevereiro de 2021.

Diretora Administrativa e Financeira, Atlânticoline, SA., de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011.

Coordenadora de Serviços Administrativos e Financeiros, LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, SA., de outubro de 2005 a fevereiro de 2008.

Vogal do Conselho de Administração, LOTAÇOR - Serviço Açoriano de Lotas, EP, de maio de 2000 a outubro de 2005.

Membro do Conselho de Administração (não executiva) - Cofaco Açores - Indústria de Conservas, SA, de janeiro a dezembro de 2002.



Assessora do Conselho de Administração, LOTAÇOR - Serviço Açoriano de Lotas, EP, de janeiro de 1995 a maio de 2000.

Participação no movimento associativo:

Presidente do Conselho Fiscal da USSMSM - União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria, eleita em dezembro de 2019, para o quadriénio 2019-2023.

Membro do Conselho Fiscal da Associação Mar Açores Oriental, de outubro de 2017 a março de 2021.

Dirigente Sindical SIMAMEVIP - Sindicato da Marinha Mercante, Agências de Viagem, Transitários e Pesca, de abril 2017 a fevereiro 2021.

Participou do grupo de trabalho responsável pela candidatura do Grupo de Ação Local Pescas, para as ilhas de São Miguel e Santa Maria - Mar Açores Oriental, 2016-2018.

SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES

Informação Pessoal:

Nascido em Ponta Delgada a 3 de outubro de 1972

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas da Universidade dos Açores 1990-1995, especialização nas áreas: Financeira e Marketing.

Pós-Graduação em Engenharia da Qualidade, ministrada pela Norma Açores em parceria com o ISQ e a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Pós-Graduação em Marketing Digital, 1ª nos Açores, organizada pelo IPAM, com a Universidade Europeia e a Creative University.

Experiência profissional:



Vogal do Conselho de Administração da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., desde o início de setembro 2021.

Vogal do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA, desde o início de 2021.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Parceiros GAL Pescas GRATER Mar, representando a Lotaçor.

Representante da Lotaçor na CC RUP.

Representante da Lotaçor na CC Sul.

Na fileira do pescado dos Açores desde dezembro 2013, tendo sido até janeiro de 2021:

Diretor geral da AZORFISK Unipessoal, Lda, do Grupo Scanfisk, espanhol.

Representante e gestor de negócios da Scanfisk Seafood, SL, para os Açores.

Tesoureiro da Direção da ACPA-Associação de Comerciantes de Pescado em representação da Azorfisk.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Associação Mar Açores Oriental em representação da Azorfisk.

Coordenador do Grupo de Trabalho do Mar e Pescas do Órgão de Governação da RIS3 Açores, em representação da CCIA.

VASSILI PLESOV

Informação Pessoal

Data de Nascimento: 29 de agosto de 1988

Habilitações Académicas:

Licenciado em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2009.

Mestre em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2011.



LL.M. Law in a European and Global Context pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2014.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2018.

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2021.

Associações Profissionais:

Inscrito na Ordem dos Advogados Portugueses (inscrição suspensa durante o período de exercício de funções públicas).

Atividade Profissional Universitária:

Assistente Convidado na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais e na Faculdade de Direito da **Universidade Católica Portuguesa** (2009-2015).

Assistente de Investigação no Centro de Estudos Aplicados da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da **Universidade Católica Portuguesa** (2010-2011).

Investigador na área de análise económica da Resolução Alternativa de Litígios no âmbito do protocolo entre a **Universidade Católica Portuguesa** e **ICP - Autoridade Nacional de Comunicações** (2014-2015).

Atividade Profissional não Universitária:

Consultor estagiário na Área Fiscal e na Área de Direito Bancário e Financeiro da **Vieira de Almeida e Associados** (2011-2012).

Consultor no Centro de Estudos Financeiros da **Associação Portuguesa de Bancos** (2012-2013).

Consultor na Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial do **Ministério das Finanças** (2015-2018).

Consultor de Direito Bancário e Financeiro da **Vieira de Almeida e Associados** (2018-2021).

Adjunto do Gabinete do **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** do XIII Governo Regional dos Açores (2021-presente).



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



vi
Manuel Luís Fernandes Branco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade, que consubstanciará na gestão do contrato de cessão de exploração da unidade fabril que se iniciou em 1 de julho de 2022.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
5. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 1 de abril de 2023

Manuel Luís Fernandes Branco
UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Escritório: Avenida Infante D. Henrique, n.º 3 – 2º – 9500-762 Ponta Delgada

Telefone: +351 296 283 246 – Email: geral.acores@uhy-portugal.pt – www.uhy-portugal.pt

A member of UHY, an international association of independent accounting and consulting firms

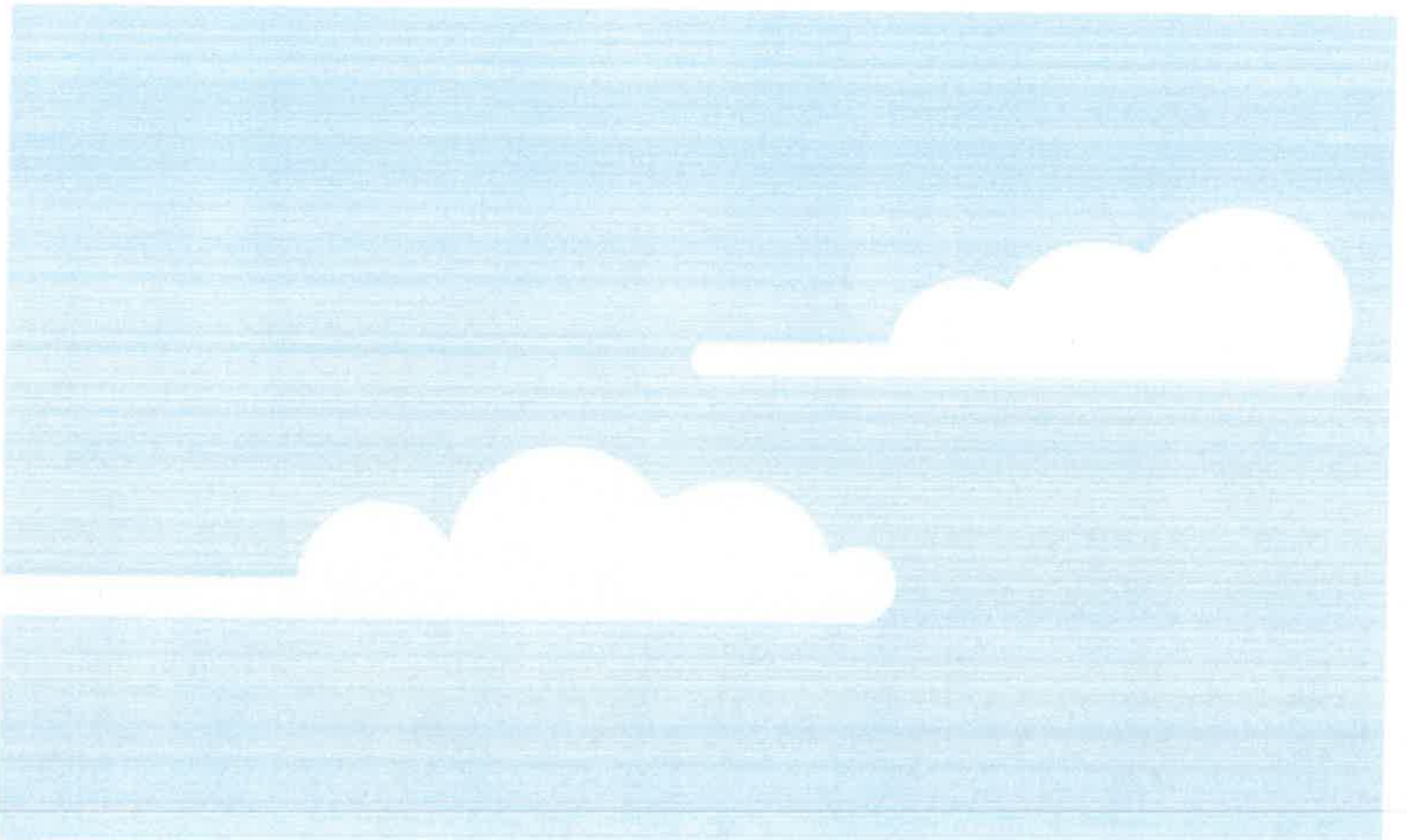
Sede: Rua das Hortas, n.º 3 – 9050-024 Funchal

Inscrita na L.R.O.C. sob o n.º 164 - Registada na C.M.V.M. com o n.º 20161471 - NIPC n.º 504629603 C.R.C. Funchal n.º 504629603 - Capital social: 68.800 euro





CERTIFICAÇÃO LEGAL





as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 1 de abril de 2023

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)